



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 25 de fevereiro de 2022**

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- **1 – Análise e Votação de Atas:**-----
- **1.1 Ata da 4ª Sessão Extraordinária, de 29 de novembro e 6 de dezembro de 2021;**-----
- **1.2 Ata da 5ª Sessão Ordinária, de 27 de dezembro de 2021 e 3 de janeiro de 2022.**-----
- **2 – Período de Antes da Ordem do Dia;**-----
- **3 – Período da Ordem do Dia:**-----
- 3.1 Análise e votação da proposta para a constituição de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Águeda para o mandato de 2021-2025;**-----
- **3.2 Eleição do representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Águeda, em substituição da Dra. Marlene Gaio na sequência do seu pedido de renúncia ao cargo na Comissão Alargada da CPCJ de Águeda;**-----
- **3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da Minuta do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Parte do Edifício de Passageiros, Instalações Sanitárias e Cais Coberto na Estação Ferroviária de Águeda, na Linha do Vouga, a celebrar entre a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Águeda;**-----
- **3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da Minuta do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo dos Bens do Domínio Público Ferroviário Integrantes do Ramal de Viseu, entre o Km 64,000 e o Km 65,577, a celebrar entre A IP Património e o Município de Águeda;**-----
- **3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 1ª Alteração à Revisão e Ampliação do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão – Águeda;**-----
- **3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Preço de Venda de Lotes no Parque Empresarial do Casarão – Águeda;**-----
- **3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para declaração de interesse público e definição de preços de venda de lotes do Parque Empresarial do Casarão para instalação do Centro de Tecnologia e Inovação/Abimota;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **3.8** **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno intitulada Travessa do Marquinhos;**-----

----- **3.9** **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para assunção de competências no domínio da ação social, no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;**-----

----- **3.10** **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/Uniãos de Freguesias para a concretização da delegação Legal de Competências;**-----

----- **3.11** **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias/Uniãos de Freguesias para atribuição de apoio financeiro para 2022;**-----

----- **3.12** **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias/Uniãos de Freguesias para 2022;**-----

----- **3.13** **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados em 2019 e 2021 com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e em 2021 com a Junta de Freguesia de Fermentelos;**-----

----- **3.14** **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio às Freguesias/Uniãos de Freguesias do Concelho de Águeda para aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos durante o ano de 2022;**-----

----- **3.15** **Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Filipe de Almeida Pereira, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente Águeda TV, os funcionários da Autarquia e do Centro de Artes, desejando a todos um excelente trabalho e que a presente Assembleia corra acima de tudo de forma adequada, célere e com urbanidade-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- **Gabriel Oliveira Marques Arsénio**– PPD/PSD.MPT;-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos** - PPD/PSD.MPT;-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz** – PS;-----

----- **Cristina Paula Fernandes da Cruz** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Sara Patrícia Soares Martins** – PS;-----

----- **Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Rui Miguel Pires Moreto** – CDS – PP;-----

----- **Júlia Maria Pinheiro de Melo** – PS;-----

----- **Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Abílio Ferreira Gomes da Silva** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo** – PS;-----

----- **José Miguel Ramos Tendeiro** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- **Gisela Valente Pinheiro** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Isabel Maria Santiago Ferreira** – PS.-----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

----- **Irene Henriques** – Tesoureira da JF de Aguada de Cima; -----

----- **Nuno Gustavo Pimenta Cardoso** – PUF de Águeda e Borralha; -----

----- **João Marques Pitau** – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

----- **António de Oliveira Martins** – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

----- **Carlos Miguel Nolasco de Lemos** – PJ de Fermentelos; -----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** – PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF de Préstimo e Macieira; -----

----- **João Coelho** – Secretário da UF de Recardães e Espinhel; -----

----- **Sérgio Edgar da Costa Neves** – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares** – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- **Luís Filipe Tondela Falcão** – PJ de Valongo do Vouga; -----
----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
----- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
----- **Marlene Domingues Gaio** - PPD/PSD.MPT – Vereadora; -----
----- **Vasco Miguel Rodrigues Oliveira** – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----
----- **Luís Herculano Henriques de Pinho** – PS – Vereador; -----
----- **Daniela Alexandra Pereira Herculano** – PS – Vereadora; -----
----- **Antero Ricardo dos Santos Almeida** – CDS – Vereadora; -----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----
----- A Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gabriel Oliveira Marques Arsénio; o Deputado Gabriel Duarte Pires comunicou que também não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gabriel Alexandre Abrantes Almeida; a Deputada Ana Rita Antunes Pereira comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; o Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Cima Albano Marques Abrantes, também comunicou a impossibilidade de estar presente e em sua substituição nomeou a Tesoureira daquela Junta de Freguesia, Irene Henriques; o Presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel, Manuel José de Almeida Marques de Campos, também comunicou a impossibilidade de estar presente e em sua substituição nomeou o Secretário daquela União de Freguesias João Coelho.-----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida e dirigida à Assembleia Municipal referindo que alguma dela seguiu no link da documentação da Assembleia, outra não, porque chegou à posterior, mas uma delas que chegou foi a comunicação do Tribunal de Contas relativamente à homologação da conta respeitante ao exercício de 2019 que seguiu com a documentação para a presente Assembleia.-----

----- Sobre esta matéria, o Executivo comunicou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que esta homologação foi alvo de reparo por parte do Executivo, nomeadamente algumas incongruências que existiam, incongruências essas que o Tribunal de Contas já confirmou, e que irá proceder ao envio de nova comunicação relativamente à homologação da conta, e que depois será também comunicada na próxima Assembleia que vier a ser realizada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Chegou a informação da atividade da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens, cuja informação da atividade relativa ao ano de 2021 também seguiu com o link com a documentação para esta Assembleia, resulta da mesma que em reunião da comissão alargada, que ocorreu no dia vinte e oito de janeiro, o relatório da mesma foi aprovado por unanimidade, em todo o caso os senhores deputados se tiverem alguma questão a colocar, foi-me comunicado que se encontra presente o Senhor Presidente da Comissão, Enfermeiro Alexandre Oliveira, se tiverem algumas questões que lhe queiram colocar, o mesmo estará disponível para esclarecer.”-----

----- Foi também enviada por parte do Deputado Jorge Miguel dos Santos Melo, em vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, através de e-mail a seguinte comunicação:-----

----- *“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Águeda.”-----*

----- *“Em virtude de ter perdido a confiança no atual Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista de Águeda, bem como para onde está a conduzir o direito de oposição estabelecido por lei, venho por este meio solicitar a minha dissociação do Grupo Municipal do Partido Socialista de Águeda, passando a partir da presente data a exercer o cargo de Deputado Municipal Independente.”-----*

----- *“Em virtude do regulamento ser omissivo, relativamente a este assunto, queira o Senhor Presidente da Assembleia fazer o enquadramento regimental para esta matéria.”-----*

----- *“Encontro-me desde já disponível para tudo o que considere necessário para a resolução deste incidente.”-----*

----- A presente comunicação também foi enviada ao Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

----- No mesmo dia, pelas dezanove horas e cinquenta e oito minutos, o Grupo Municipal do Partido Socialista, também enviou a seguinte comunicação:-----

----- *“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vimos por este meio informar que a Comissão Política do Partido Socialista, reunida em dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, retirou a confiança política ao membro da Assembleia Municipal, Jorge Miguel dos Santos Melo, eleito nas listas do Partido Socialista, pelo que deixa de integrar o Grupo Municipal, e não representa o Partido Socialista em qualquer situação.”-----*

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Antes de passar a esta questão, relativamente ao Deputado Jorge Melo e à comunicação também efetuada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, perguntaria se relativamente ao relatório da CPCJ, alguém pretende algum esclarecimento?”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Senhor Presidente da Assembleia, a minha proposta é simples, que isto seja introduzido, como é comum nesta casa, num ponto da ordem de trabalhos, análise do relatório da CPCJ, onde normalmente o Presidente da CPCJ vem aqui e apresenta o relatório, apresenta e esclarece, onde nós depois temos as nossas intervenções e fazemos perguntas, não num ponto de simples informação, mas com a dignidade e que o assunto merece, e como tem sido das outras vezes, um ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Solicito que na próxima Assembleia seja colocada análise do relatório 2021 da CPCJ. É a minha proposta.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- Relativamente à CPCJ vinha questionar porque é que não vem nenhum relatório financeiro a acompanhar este relatório de atividades? É que normalmente quando se faz um relatório de avaliação de atividades, vem um relatório financeiro, não está aqui um relatório financeiro, queria perceber porque é que não vem? Se é que vai vir, uma vez se for aprovado o que o Presidente do Grupo Parlamentar do PS disse agora, se isto constar do ponto da ordem de trabalhos, supostamente, e seria bom que aparecesse o relatório financeiro também junto com este relatório de atividades.-----

----- Penso que já foi solicitado o relatório de atividades anteriormente, em que eu ainda não era Deputado Municipal, já foi solicitado mais do que uma vez e nunca foi entregue, e solicitava que isso possa acontecer, eventualmente na próxima Assembleia Municipal.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente só deixar claro a nossa opinião de que o relatório da CPCJ deve ser discutido na Assembleia como um ponto na ordem de trabalhos, devendo os deputados municipais fazer a preparação para essa discussão, e naturalmente estando presentes elementos da CPCJ que nos possam falar dos pontos mais relevantes e das dificuldades mais importantes que sentem.-----

----- Uma vez que o Presidente do Grupo Municipal do Partido Socialista já disse que tem intenção de pedir a inserção deste assunto na próxima reunião da Assembleia Municipal, acho que fica resolvida a questão.-----

----- Para que não sobre nenhuma dúvida, na falta de requerimento do Grupo Municipal do Partido Socialista para que o assunto seja discutido na próxima Assembleia Municipal, será o Grupo Municipal do CDS a apresentar o requerimento para a inserção do ponto na ordem de trabalhos.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Ficará então para ser inserido como ponto da ordem de trabalhos na próxima Assembleia, portanto vamos acatar de facto a sugestão e vamos dar então a dignidade que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

entendem os senhores deputados que merece este ponto.-----

----- Passando à questão que diz respeito à comunicação do Deputado Jorge Melo, obviamente esta questão levanta, de alguma forma algumas alterações em termos desta Assembleia e, de facto, permitam-me que faça aqui alguma apresentação da situação tal qual a Mesa entendeu:-----

----- Os deputados que manifestem intenção de abandonar efetivamente o grupo municipal do seu partido, apenas lhe resta se não passar à condição de independente, não se considerando como fazendo parte de qualquer grupo municipal, nem sendo admissível a criação de um segundo grupo parlamentar, neste caso municipal do mesmo partido, e muito menos associado a qualquer grupo de outro partido, o que neste caso obviamente acarretaria a perda de mandato, pois que tal, como nos grupos parlamentares, não é admissível a existência de desdobramentos dos grupos municipais partidários.-----

-----Embora não seja o caso, também não é admissível que tais deputados que manifestem a intenção de abandono do grupo municipal ao qual pertenciam, possam associar-se a qualquer outro grupo municipal, pois que os grupos assentam numa razão de identidade, ideias e de ideologias, aliás, a defesa dos objetivos comuns patentes na proposta levada a sufrágio daquele grupo municipal do qual foram eleitos.-----

----- Esta situação não se coaduna com uma situação de independência obviamente, daí que apenas sejam admitidos grupos municipais aglutinados com base em partidos, coligações de partidos ou grupos de cidadãos eleitores.-----

----- Tal dissertação tem importância atendendo à necessária aplicação do Regimento da Assembleia Municipal de Águeda, nomeadamente para efeitos de conceito de líder de grupo municipal ou grupos municipais, razão pela qual, o Deputado agora independente, não poderá reclamar tal condição para efeitos de aplicabilidade do nosso diploma interno.-----

----- É uma interpretação, iremos depois dissertar mais acerca disso até porque, na minha perspetiva e da Mesa, implicará necessariamente uma alteração ao Regimento, portanto nós estamos no início de uma legislatura, vamos ter que alterar, mas ainda assim há que tomar decisões e medidas acerca do modo como vamos funcionar até que isso seja feito.-----

----- No que respeita à retirada de confiança política do PS, conforme verificaram na correspondência que me foi enviada, dissertando um pouco sobre esta temática e para que fique consignado para o futuro, o qual honestamente para o bem desta Assembleia e do exercício do mandato que nos foi conferido pelos cidadãos, se espera que não volte a acontecer, ainda assim pretende esclarecer o seguinte:-----

----- Se a expulsão de um partido, obviamente de facto revestido sempre de natureza de decisão sanção disciplinar a aplicar unicamente pelos competentes órgãos disciplinares,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com inerente quebra do vínculo de filiação partidária que ela acarreta, não constitui motivo suficiente para a cessação do mandato eleitoral do expulso, também uma decisão dos órgãos políticos a retirar a confiança política a um filiado eleito local, sem que isso constitua sanção disciplinar expulsiva ou afete ou possa afetar, nos termos dos estatutos do partido, essa filiação não pode, à posterior ter qualquer efeito sobre a continuidade do mandato desse eleito, tal significa que, a menos que haja uma manifestação de vontade dos próprios eleitos, no sentido de abandono do grupo municipal, que é o caso, não se afigura como legítimo que uma entidade externa ao grupo municipal, ainda que órgão do respetivo partido político, determine e comunique ao Presidente da Assembleia Municipal, a recomposição desse grupo municipal significando consequencialmente a exclusão de alguns dos seus membros e a redefinição dos restantes membros, sendo certo que o mandato do eleito ao qual foi retirada a confiança política não cessou por tal facto, e que o mesmo não só se mantém como eleito, como se mantém como eleito do partido proponente, pois que dele não foi expulso e se não tem notícia da sua desfiliação partido voluntária, então é certo que o mesmo mantém toda a legitimidade para participar nas reuniões do Grupo Municipal nele a deliberar.-----

---- Contudo, no caso em apreço, dado que o Deputado Jorge Melo manifestou a disposição de não continuar a integrar o Grupo Municipal do seu partido, então sim, e só por esta razão, o mesmo passará à condição de independente, mas nunca pela comunicação da retirada de confiança política igualmente comunicada a esta Mesa da Assembleia pelo Grupo Municipal do PS.-----

---- Concluindo:-----

---- A existência ou não do Grupo Municipal ou a inclusão ou não nele como Deputado Municipal, não depende de qualquer vontade partidária, mas simplesmente de livre decisão de um dos deputados integrantes, a única limitação que a lei coloca neste campo, é que a cada Grupo Municipal integra apenas eleitos pelo mesmo partido ou grupo de cidadãos eleitores.-----

---- Os deputados que abandonem o Grupo Municipal partidário, não poderão criar um segundo grupo parlamentar do mesmo partido, pois que tal como nos grupos parlamentares não é admissível a existência de desdobramentos, como já disse, dos grupos municipais não é admissível, aos eleitos que abandonem o Grupo Municipal não resta passar à condição de Independente e, neste caso, e na sequência destes factos, o que nós temos aqui e que altera em termos regimentais, é a determinação dos tempos de intervenção do Deputado Jorge Melo, nomeadamente para efeitos do artigo vigésimo quarto, número dois, trigésimo terceiro, número dois e trigésimo quarto, número dois, do Regimento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Assembleia Municipal de Águeda, uma vez que irá exercer o seu mandato, o seu cargo de Deputado Municipal, na condição de Independente, situação que o Regimento e a aplicação dos tempos de Assembleia não contempla, como disse há pouco, obviamente teremos que mais adiante tratar esta questão em termos de alteração do Regimento, todavia, obviamente que a Assembleia vai continuar até que seja alterada esta questão, e, dado que a lei confere, pelo menos no período de antes da ordem do dia, o tempo de sessenta minutos para intervenção dos deputados, e dado que no nosso Regimento apenas estão previstos cinquenta minutos, ou são distribuídos cinquenta minutos, entendo que de facto será curial, e fará todo o sentido aproveitar algum desse tempo, que em termos legais temos a mais, e conceder ao Deputado agora Independente Jorge Melo, dois minutos de intervenção no período de antes da ordem do dia.-----

----- Julgo que fui claro, haverá alguma questão que queiram colocar sobre este tema?”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Senhor Presidente, ouvi com atenção e dou-lhe razão na maior parte do articulado, só é um problema, quando se retira a confiança política, e disse, e muito bem, que os Grupos Municipais se integram e reúnem de acordo com ideologias, princípios, quando se retira a confiança política e o Grupo Municipal retira a confiança política, é lógico que é uma agregação que é possível fazermos só por isso, a pessoa deixa de fazer parte do Grupo Municipal, não há outra forma, como se ele amanhã, agora deixa de ser independente volta ao Grupo Municipal, não pode voltar ao Grupo Municipal, o Grupo Municipal tem uma unidade, tem uma liderança e tem uma dinâmica, a partir do momento que é retirada a confiança política não pode participar naquele grupo que se constituiu por confiança política, por ideologia, por princípios, portanto é só isto, o resto aguardaremos pelo Regimento e pelos ajustamentos necessários para que o Senhor Deputado independente exerça as suas funções normalmente, nada nos move nisso.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Está registada a questão, todavia, como sabe, a questão não se coloca, ainda assim o Senhor Deputado previamente comunicou a sua vontade, portanto vamos adiante, o Senhor Deputado Jorge Melo terá, no período antes da ordem do dia, dois minutos para a sua intervenção.”-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo** – PS;-----

----- “Relativamente ao assunto vindo a público recentemente, aprez-me nesta Assembleia dizer o seguinte:-----

----- Penso convictamente que no decorrer da minha atividade política e no exercício da minha função, enquanto Deputado Municipal, procurei sempre cumprir o meu dever de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

defender os interesses de Águeda e dos Aguedenses, sem nunca ter ofendido ou violar os direitos basilares da educação e do respeito aos membros constituintes desta Assembleia, entrevi sempre com enorme sentido de compromisso e lealdade para com Águeda e para com os Aguedenses, procurei com urbanidade e honestidade e completamente desinteressado a título pessoal, garantir de forma elevada o meu direito de liberdade de expressão, direito esse que não permitirei ver violado, nem condicionado por nada, nem por ninguém, até porque para mim, Águeda está e estará sempre à frente de qualquer agenda pessoal ou política partidário, julgo por imperativo de consciência que neste momento mais conturbado em que o meu nome veio à praça pública, tenho o dever de me dirigir humildemente a esta Assembleia e lamentar profundamente que se esteja a desviar o foco principal do debate que é Águeda, e dos assuntos da ordem de trabalhos, no entanto, não poderia deixar de vir defender a minha honra, para isso cumpre-me referir que do controle jurisdicional da democraticidade interna dos partidos políticos, das garantias dos militantes partidários jurisdicionais ou internas por cimentais e genéricas da liberdade de expressão do princípio da intervenção mínima, da ação de impugnação de deliberação de tomada dos órgãos partidos políticos com fundamento em ilegalidade ou violação de normas estatutárias, da ação de impugnação da deliberação tomada dos órgãos partidos políticos com fundamento em grave violação das regras essenciais à competência ou ao funcionamento democrático do partido e no quadro do ordenamento jurídico constitucional português, tomarei as devidas medidas.-----

----- Até lá, com ou sem confiança política, continuarei a defender como sempre defendi a boa gestão da coisa pública em prol do bem estar de todos os aguedenses.-----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, venho por este meio solicitar extração integral de áudio, de vídeo e escrita da ata das intervenções a que este assunto dizem respeito e que dessas sejam remetidas, com solicitação de parecer jurídico à CCCR, no que diz respeito ao cabimento regimental e legal relativamente ao solicitado pelo Partido Socialista.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, um esclarecimento, o esclarecimento é o seguinte: tomaram, por acaso todos, não foi por iniciativa nossa, mas do Deputado Jorge Melo, tomaram todos conhecimento de um pedido de substituição que ele fez e do que é que lá vinha afirmado, só para explicar como é que nós, no Partido Socialista analisamos, o secretariado analisou a situação e remeteu uma resposta ao Senhor Deputado Jorge Melo, aguardamos algum esclarecimento, ele não existiu, o secretariado tomou uma posição unânime de perda de confiança política e que não representaria mais o partido, mas foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

levada essa posição de secretariado, que é assim que no PS funciona, à Comissão Política, não digo o quem que foi dito ou não, não interessa, isso é interno, foi analisado, houve uma votação secreta, e foi unânime a decisão de retirada de confiança política e consequentemente de que não representa o partido em nenhuma situação.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ É compreensível que cada um queira expor as suas questões, mas isto diz respeito à vida interna do Partido e à questão do Grupo Municipal, portanto não me parece que seja o local indicado para estarmos a dissertar mais sobre esse tema, portanto está orientada em termos de Assembleia, julgo que fará todo o sentido que prossigamos e que se levante a questão, depois entretanto com as necessárias retificações, aliás atualizações que temos de fazer em termos Regimentais.”-----

----- **Rui Miguel Pires Moreto** – CDS – PP;-----

----- “Tive razão antes do tempo, conforme nós podemos ler na ata que vai ser aprovada hoje, levantei esta questão aquando da discussão do Regimento, porque entendia que de facto havia uma falha de, digamos, clarificação sobre a figura de deputado independente, inclusive alertei que isto poderia ocorrer, portanto e que nós não tínhamos, digamos, essa situação esclarecida, quer os direitos e os deveres como todos os grupos parlamentares têm, portanto também quero-lhe perguntar quando diz que o Deputado Independente tem direito a dois minutos de intervenção no período antes da ordem do dia, questiono, e nos pontos em debate da ordem do dia? Pode atribuir também? Qual é o tempo? Percebe onde quero chegar? Portanto há aqui várias situações que leva à minha definição que a alteração do Regimento foi precipitada naquela altura, e portanto era importante também, para que o Senhor Deputado Jorge Melo, como Deputado Independente, é nisso que me estou a focar, que tem direitos de participação na Assembleia Municipal como acredito, e essa parte não está de facto defendida, precavida e portanto ele vai estar nesta Assembleia, se calhar sem pedido de funcionamento, porque na última Assembleia o Senhor Presidente não teve em conta a minha alocação sobre este tema de uma forma construtiva que sugeri que fosse analisado e introduzido.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “De facto o que se impõe aqui em termos regimentais é a distribuição do tempo para efeitos essencialmente de três pontos como eu os elenquei, nomeadamente para efeitos de intervenção em período de antes da ordem do dia, no âmbito do Regimento que temos em vigor, para efeitos de apresentação de propostas e para efeitos de apresentação de moções, portanto são as três situações em que o tempo está distribuído por cada grupo Municipal.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- No que respeita ao período da ordem do dia, Senhor Deputado, se visitar o artigo vigésimo quinto, nomeadamente o seu número sete, alínea a), que lhe diz "os tempos de intervenção de cada membro da Assembleia, em cada assunto da ordem do dia, será o seguinte: nos pontos respeitantes ao Orçamento, Grandes Opções do Plano... dez minutos, nos outros pontos da ordem de trabalho, cinco minutos", aqui é individual, é de cada um dos deputados, portanto o Senhor Deputado Jorge Melo, obviamente terá, em termos Regimentais, o direito de intervir em cada um dos pontos, nos termos do artigo vigésimo quinto, número sete, alínea a).-----

----- Onde de facto existe necessidade, e por isso a minha intervenção inicial, no sentido de fixar um período digno e mínimo, mas digno para intervenção no período da ordem do dia, obviamente se se levantarem questões relativamente a propostas ou moções terei obviamente que também levantar essa questão, foi no período de antes da ordem do dia e então aí sim, de facto, fazendo uso daquilo que a lei nos permite, porque o nosso Regimento, de facto, tem um período mais curto que aquilo que a lei permite, conceder-se dois minutos que me parece perfeitamente cordial e julgo que em nada vai atrapalhar o desenvolvimento desta Assembleia, nomeadamente o exercício das funções do Deputado Jorge Melo."-----

----- **Análise e Votação de Atas** -----

----- **1.1. Ata da quarta Sessão Extraordinária de 29 de novembro e 6 de dezembro de 2021;**-----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quarta Sessão Extraordinária de 29 de novembro e 6 de dezembro de 2021, sido **aprovada por maioria** com duas abstenções, sendo uma do Grupo Municipal do CDS e outra do Grupo Municipal do PS. -----

----- **1.2. Ata da quinta Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2021 e de 3 de janeiro de 2022;**-----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quinta Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2021 e de 3 de janeiro de 2022, sido **aprovada por maioria** com três abstenções, sendo uma do Grupo Municipal do CDS e duas do Grupo Municipal do PS. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Neste momento de intervenção do público, não se registaram intervenções.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Neste período foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra: --

----- **Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----”24 de fevereiro de 2022, ficará para a história como um dia em que voltamos a assistir a uma guerra em solo Europeu.-----

----- Apesar da nossa condição geográfica de um país periférico, localizado no outro extremo do Continente, o mundo em que vivemos profundamente colonizado não nos permite olhar com indiferença para o que se passa na Ucrânia.-----

----- Os últimos dias foram marcados por um conjunto de provocações e violações do Direito Internacional por parte da Rússia, de Vladimir Putin, as ações levadas a cabo na Ucrânia, junto das fronteiras da Europa, não só configuraram uma ingerência num país soberano, como visam desestabilizar a União Europeia, projeto do qual o nosso país orgulhosamente faz parte.-----

----- A prosperidade e a esperança numa vida melhor proporcionada pelo projeto europeu, atraiu milhares de ucranianos a emigrarem e construir os seus projetos de vida na Europa, Portugal não foi exceção, e também em Águeda vimos chegar e fixar-se uma comunidade ucraniana que ao longo dos últimos anos viveu e trabalhou no nosso Município, contribuindo para a nossa economia e desenvolvimento local.-----

----- Nós, portugueses que somos um povo marcado por uma forte diáspora, sabemos o quão difícil é ter família e amigos em países estrangeiros, no entanto, dificilmente imaginamos a dor e o sofrimento que assolam as largas dezenas de ucranianos e descendentes que vivem em Águeda, assistindo à distância à invasão do seu país.-----

----- Assim, o Grupo Municipal Juntos/PSD.MPT, propõe uma moção de solidariedade e apela a outros Grupos Parlamentares a se associarem.-----

MOÇÃO

----- A Assembleia Municipal de Águeda, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera:-----

----- Um voto de solidariedade para com a comunidade ucraniana residente no Município e para com as suas famílias na Ucrânia ou em fuga para países vizinhos. -----

----- A condenação da emergência e invasão Russa ao território Ucraniano.-----

----- O apoio à política de sanções à Rússia a aplicar pelas instituições europeias e acompanhadas pelo Estado Português.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

-----“Senhor Presidente, venho aqui expressar, em nome do Grupo Municipal do CDS, a nossa inteira concordância com o teor da moção e congratular o Grupo Municipal Juntos PPD/PSD.MPT, pela iniciativa de elaborar esta moção, e de assim procurar vincular a Assembleia Municipal a posição defendida por essa moção.-----

----- No período que me caberá, também me vou referir a este assunto de uma forma ligeiramente diferente, mas que de forma alguma ponha em causa a simpatia do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Municipal do CDS pela moção que aqui foi apresentada e que naturalmente votaremos favoravelmente.”-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----

----- “Naturalmente o Partido Socialista saúda e associa-se a esta mesma moção, os pormenores sobre o texto que ali temos não são com certeza o mais relevante, o mais relevante é que todos somos a favor de que terminem as hostilidades bélicas o mais rapidamente possível, não estando nós a falar de uma guerra, mas sim de uma invasão, sugeriria apenas que no texto que a Senhora Deputada leu, quando nos referimos à Europa, no fundo estamo-nos a referir à União Europeia, pudéssemos pôr União Europeia para que sintamos que a Ucrânia é também a Europa e que é um problema europeu que aqui está em causa, nós muitas vezes hoje em dia, até como os americanos fazem, costumamos dizer América como se fossem só os Estados Unidos, este é um problema Europeu, a Rússia é um país Europeu, a Ucrânia também, e estamos todos de facto no barco de uma situação muito difícil que esperemos que não nos calhe.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca desta Moção apresentada pelo Grupo Municipal JUNTOS/PSD.MPT e à qual se juntaram os restantes Grupos Municipais, o Senhor Presidente da Mesa colocou-a à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **deliberou aprovar por unanimidade.**-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----

----- “Vamos também apresentar aqui uma moção da parte do Partido Socialista, sobre o seguinte tópico:-----

----- Como é do conhecimento público, o Partido Socialista através dos seus membros da vereação, apresentou na última reunião da Câmara uma proposta para que as reuniões da Câmara Municipal fossem transmitidas na Internet em direto e disponibilizadas posteriormente, à semelhança, no fundo, do que acontece com a nossa Assembleia Municipal há já largos anos e com sucesso. Os Vereadores e o Senhor Presidente do Partido Social Democrata votaram contra, e impedem assim que outros cidadãos que não o punhado que tem oportunidade de estar na sala em que se realizam as reuniões da Câmara Municipal, pudessem ter acesso a essas mesmas reuniões.-----

----- Já há uns anos assim seria, mas agora ainda mais, estamos a falar de algo que a nível de exigência técnica é trivial, e quando estamos a falar de um órgão que reúne durante a semana, por norma em horário laboral, em que a generalidade das pessoas estão a trabalhar ou estão a fazer uma outra quantidade de outras atividades, será de supor que sendo um órgão tão importante que no fundo é o Executivo deste Município que discute, decide, operacionaliza os interesses de todos os cidadãos de Águeda, das associações, das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

empresas, é de antever que muitas das centenas das pessoas iriam aderir e iriam acompanhar mais proximamente as reuniões da Câmara Municipal, tal como neste momento em que estamos a falar, porque já existe uma cultura instalada em Águeda, centenas de pessoas assistirão a esta mesma reunião da Assembleia Municipal, isso é positivo, mas mais, durante os próximos dias, centenas de pessoas vão assistir a esta Assembleia Municipal, mais ainda, essas mesmas pessoas poderão assistir a outras Assembleias Municipais assim o entendam, ou assim suscite qualquer tópico que lhes interesse.-----

----- Estamos a falar aqui de algo que, a nosso ver, constitui uma obrigação, obrigação dos responsáveis políticos, dos autarcas serem acessíveis aos cidadãos, se exporem ao escrutínio e de procurarem promover a sua participação e antes disso o seu conhecimento o mais profundo possível do que acontece no nosso Município, é uma questão de transparência e é uma questão de favorecimento a que os cidadãos, os aguedenses são objeto daquilo que fazemos, possam aceder com mais proximidade e mais ferramentas à política.-----

----- A este propósito não falemos da hipótese de fazermos reuniões da Câmara Municipal num sítio de cada vez, que no fundo seriam as tais reuniões descentralizadas, isso pode naturalmente ser meritório, mas é uma coisa que não conflitua com esta nem a substitui, são assuntos totalmente distintos, nem valerá a pena, a meu ver, argumentar que há municípios onde nem sequer ninguém pode assistir, porque nós estamos em Águeda e neste momento e já há anos, é público, são públicas as reuniões da Câmara Municipal e estamos a falar de possibilitar que amplamente as pessoas possam assistir.-----

----- A verdade é que uma coisa é o cidadão ter de deslocar-se durante um horário útil, durante a semana para durante horas assistir a uma reunião da Câmara Municipal, outra coisa é poder fazê-lo em casa, ou enquanto faz uma outra atividade, outra coisa ainda, como já disse, é poder assistir nos dias seguintes, outra coisa ainda é poder assistir só a parte, porque pode não querer assistir a tudo, e ainda mais, pode até pôr para trás e voltar a ouvir se não tiver entendido tudo bem ou se quiser tomar notas para os mais variados efeitos.-----

----- Portanto, uma vez mais, tecnicamente é simples, financeiramente não é um grande encargo e favorece sem dúvida, a meu ver e a nosso ver, a participação dos cidadãos, e duvidamos francamente de que alguém tenha a coragem de defender que é negativo, que seria uma medida que afastaria os cidadãos da participação, que não devem os cidadãos poder assistir às reuniões de Câmara, que em si já são públicas, já são abertas, simplesmente as pessoas estão a trabalhar, portanto não acredito que o PSD queira impedir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

as pessoas que estão a trabalhar de poderem aceder em direto ou posteriormente verem como exatamente acontece nesta Assembleia Municipal e com sucesso, e por outro lado coloco ainda uma outra questão, não teriam interesse os próprios autarcas em poder assistir a essas reuniões da Câmara Municipal? Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não teriam todos os membros desta Assembleia Municipal interesse, e caso estivesse já disponível, diria mesmo que a obrigação de assistirem pelo menos à parte substancial das reuniões da Câmara Municipal, não é algo que interesse a todos os decisores políticos em Águeda? Não é algo que interesse a todas as associações, a todas as empresas, a todas as coletividades, a muitos cidadãos? Porque é que não permitimos? Qual é o mal? O que é que de prejudicial pode surgir para a população de Águeda? Porque é que queremos esconder massivamente da população o que se lá fala? E só as pessoas, um punhado que podem ir aquela hora, estar lá a ouvir a reunião da Câmara Municipal é que o podem fazer. E porque é que não pode ser divulgado esse mesmo conteúdo como é o desta Assembleia Municipal, penso que ninguém tem dúvidas que se há centenas ou mesmo milhares de pessoas que vão acompanhando o que aqui acontece e que em grande parte é por termos esta importante ferramenta que é o ÁguedaTV.-----

----- Por este motivo, tantas vezes dizemos que aqueles que representamos e aqueles que são objeto das nossas políticas estão afastados da política, não se envolvem devidamente, mas depois muitas vezes tomamos estas decisões que não contribuem nada para aproximá-los, de facto gostaria de conhecer melhor os argumentos.-----

----- A nosso ver o que distingue as funções políticas é exatamente a responsabilidade, a obrigatória disponibilidade para estar aberto a ouvir os cidadãos, mas antes disso, a dar-lhes o máximo conhecimento possível daquilo que é debatido, dos termos em que é debatido e estamos a falar de um órgão onde existem representadas três sensibilidades políticas, acho que os cidadãos têm interesse em saber o que é que cada parte defende e da nossa parte, nós temos todo o gosto em que os cidadãos saibam o que é que os nossos Vereadores lá defendem, depois os cidadãos ajuizarão o que entendem sobre essas mesmas intervenções, portanto, da nossa parte, não sendo uma obrigação legal, é como se fosse. ---

----- Nesse sentido vou ler uma moção de recomendação que propomos para a Assembleia Municipal recomendar ao Executivo Municipal o seguinte:-----

MOÇÃO

----- Considerando as atribuições da Assembleia Municipal, conforme redação do artigo 2º do Regimento.-----

----- Considerando que as reuniões da Assembleia Municipal são transmitidas em direto nas plataformas digitais proporcionando aos munícipes um conhecimento do seu funcionamento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

das análises efetuadas e deliberações tomadas.-----

----- Considerando que as reuniões da Câmara Municipal decorrem em horário laboral, o que impede a participação da generalidade dos munícipes, designadamente os autarcas, dirigentes associativos, empresariais, entre outros.-----

----- Considerando que nas reuniões da Câmara Municipal é analisada, debatida e votada grande parte dos assuntos alvo de deliberação posterior nesta Assembleia, sem que os mesmos membros desta Assembleia possam tomar efetivo conhecimento do ocorrido para seu melhor esclarecimento.-----

----- Considerando que as reuniões de Câmara devem favorecer a relação com a comunidade e a sua participação, permitindo o envolvimento dos cidadãos nas decisões que são tomadas e que influenciam as suas vidas.-----

----- Considerando que a transmissão e a gravação para posterior disponibilização duradoura das reuniões da Câmara seriam seguramente modos eficazes de aproximação dos cidadãos aos assuntos da comunidade aguedense permitindo o combate à abstenção e a maior ligação da população à política local e potenciando o seu conhecimento, a sua compreensão e em muitos casos a sua participação ativa quanto às tomadas de decisão.-----

----- A Assembleia Municipal recomenda ao Executivo Municipal que proceda à transmissão em direto e à posterior disponibilização através da plataforma digital das reuniões da Câmara Municipal, bem como a divulgação da ordem de trabalhos das mesmas.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente, em nome do Grupo Municipal do CDS, novamente saúdo os autores e proponentes desta moção, que vai de encontro a uma proposta minha, feita há muitos anos, enquanto era Vereador e não vão levar a mal, mas tenho de fazer esta pequena observação, é que na altura era Vereador eleito pelo CDS em coligação com o PSD, naturalmente o PS, na maioria na Câmara, recusou a possibilidade de se fazer essa transmissão com o argumento de que não havia condições técnicas para o fazer, sei que no mandato anterior, foi o PSD que sugeriu esta mesma decisão e os Juntos naturalmente não quis, e dá-me ideia que agora é o PS que vem pedir aquilo que antes recusou, o PSD que era a favor, afinal provavelmente até está contra, mas sosseguem, porque a nossa posição continua a ser a que sempre foi, nós somos a favor da transmissão das reuniões de Câmara, porque isso não só responsabiliza os membros da Câmara Municipal, como torna mais transparente a atividade dos Vereadores e torna mais claro o papel que eles têm na definição das políticas municipais, e acho que é importante esse contacto dos cidadãos com a atividade dos Vereadores, muitas vezes é desconhecida, sobretudo a dos Vereadores da oposição que têm um papel muito importante na atividade política no Município que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

completamente ignorados.-----

----- Mais uma vez saúdo e pela nossa parte naturalmente votaremos a favor desta moção.”-

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Semana difícil esta que estamos a viver, e que para estarmos aqui numa simples Assembleia Municipal, torna-se difícil abstrairmo-nos daquilo que vai acontecendo por esta Europa, e acabamos por tentar e algumas vezes relativizar estes problemas da nossa terra quando a envolvência e o mundo e quando nos apercebemos que isto é muito mais do que aquilo que nós vivemos por aqui. É um desabafo que tenho, tem sido uma semana estranha, tenho tido dificuldades em me concentrar, são problemas que nos abatem porque é impossível nós ficarmos indiferentes aquilo que nos vem afetando e a mensagem, a moção que votamos inicialmente e que a Cláudia tão nobremente aqui trouxe, tocou-me e é aquilo que me resta esta semana, porque sinto-me realmente afetado com esta questão e os nossos filhos não sabemos o que os espera.-----

----- Em relação à questão da transmissão das reuniões de Câmara, o órgão Câmara Municipal, estamos a falar do órgão Executivo, o caráter do órgão é diferente, pesquisem aqui à volta ou um pouco por Portugal quantas as Câmaras Municipais que o fazem, seria também uma boa sugestão ao Dr. Paulo Tomaz, sugerir lá no parlamento que as reuniões do Conselho de Ministros também sejam transmitidas online ou via TV, porque o âmbito é exatamente esse, e nós não mudamos de opinião, conforme o Partido Socialista esteve anteriormente muito tempo, teve oportunidade de o fazer , não o fez, o PSD tem uma nova comissão política, com as orientações que defende neste momento, fala-se muito do PSD, PSD, mas não esqueçam que o PSD que existe é este, é o que está aqui, é o que representa os ideais, falo em nome do PSD obviamente, portanto não tem essa necessidade de estar sempre a chamar o outro PSD, o PSD é o mesmo, com outras pessoas e que o sentido é exatamente aquilo que estamos a dizer, a transmissão das reuniões de Câmara online, não vimos qualquer tipo de relevância nisso e não sentimos que os nossos municípios tenham sido prejudicados ao longo dos últimos anos ou que tenham tido necessidade de obter mais informação sobre o trabalho do Executivo, pelo contrário, a comunicação social faz algum trabalho, quem quer vai, portanto entendemos que a democracia não sai prejudicada, as coisas têm sido desta forma, entendemos que assim devem continuar, portanto não vemos aqui nenhum atropelo à democracia, e também não vamos mudar de opinião e a nossa opinião obviamente é que continue tudo exatamente como está.”-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz** – PS;-----

----- “Senhor Deputado Humberto Moreira, as reuniões do Conselho de Ministros não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

acontecem no Parlamento e eu também não tenho nenhuma ligação ao Parlamento, as reuniões do Conselho de Ministros não são públicas, as reuniões da Câmara Municipal são públicas, o argumento que usou faria com que as reuniões fossem à porta fechada e não estivesse lá a comunicação social e os cidadãos que a essa hora não estão a trabalhar e podem, portanto acho que este ponto é muito importante.-----

----- Nas reuniões da Câmara Municipal não se discutem assuntos da segurança nacional, na reunião da Câmara Municipal não se discutem assuntos que sejam de segredo de Estado, suponho, porque senão, não seria pública, portanto, e se houver algo reservado, trata-se reservadamente, é relativamente simples, o facto de ser um órgão Executivo, pois, compreendi perfeitamente, eventualmente uma reunião nossa em que estejamos apenas três pessoas mais privadamente falaremos de uma forma menos formal, se estivermos a ser filmados falaremos de uma forma um pouco mais formal, mas neste momento temos todos presente que para o Partido Social Democrata a nível nacional a sua primeira Câmara é Lisboa, são emitidas, os assuntos da Câmara Municipal de Lisboa não me parecem ser menos sensíveis do que os da Câmara Municipal de Águeda, e há outra diferença em relação ao Conselho de Ministros é que é monocromático, são Ministros do mesmo partido, naturalmente poderá haver divergências, poderá haver discussões, não é como aqui, portanto, se não há muita gente a manifestar-se, também não sei as pessoas que o PSD e que o Senhor Deputado tem ouvido, agora votar as pessoas à ignorância, não me parece que seja uma forma de potenciar a sua participação, fica disponível, se os cidadãos meus vizinhos, meus pais, meus fregueses de Valongo do Vouga, aguedenses em geral quiserem assistir, assistirão, se não quiserem assistir, não assistirão, é a liberdade das pessoas, qual é o mal Senhor Deputado? É que ainda não me respondeu a isso e gostaria, eventualmente não responderá, será o Senhor Presidente da Câmara, qual é o mal? Qual é o prejuízo? Onde é que isto prejudica a participação democrática em Águeda?"-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca desta Moção de recomendação ao Executivo Municipal que proceda à transmissão em direto e à posterior disponibilização através da plataforma digital das reuniões da Câmara Municipal, bem como a divulgação da ordem de trabalhos das mesmas, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, o Senhor Presidente da Mesa colocou-a à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **deliberou reprová-la por maioria**, com dezassete votos contra do Grupo Municipal JUNTOS/PSD.MPT e duas abstenções, sendo uma do Independente e outra do JUNTOS/PSD.MPT.-----

----- DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “ Senhor Presidente, votei favoravelmente em prol da transparência, da democracia, da possibilidade de qualquer pessoa poder verificar o que o órgão Executivo faz e poder analisar o que o órgão Executivo faz, estranhando que pessoas eleitas, não nomeadas, para esta Assembleia que tenham a coragem e o descaramento de votar contra a liberdade de expressão, de comunicação e de conhecimento.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Permitam-me que seguindo o protocolo e aquilo que é meu hábito, faça uma introdução melhor à minha intervenção.-----

----- Tinha preparado uma intervenção focada noutra assunto, mas não posso começar sem me referir à agressão militar injustificável do Estado Russo ao território soberano da Ucrânia para condenar nos termos mais veementes este ato de guerra praticado ao arripio do direito e da decência.-----

----- O nosso pesar, o nosso respeito e a nossa solidariedade, vão em primeiro lugar para os cidadãos portugueses de origem ucraniana e para os cidadãos ucranianos residentes no nosso território, mas não esquecemos os cidadãos de origem Russa e Bielorrússia que cá vivem e que não podem ser discriminados, nem recriminados pelas ações dos seus Estados.-----

----- A tolerância pela diferença de opiniões e divisões e a demonstração de respeito por essas diferenças, distinguem os que têm cultura democrática dos que usam essa etiqueta, mas não sabem o que ela significa.-----

----- A democracia não se resume ao ritual dos atos eleitorais que se repetem com regularidade, como dizia o nosso Presidente da República, “a luta pela liberdade e pela democracia é uma luta de todos os dias”, a luz bruxuleante da liberdade vem das muitas velas que a alimentam, houve um tempo da minha vida em que elas cresciam cada vez mais em número, hoje vejo que elas se vão extinguindo, e notem, as trevas estão sempre à espera.-----

----- Entre ontem e hoje o mundo mudou e não mudou para melhor, à nossa escala, enquanto entidade pública, enquanto servidores públicos e enquanto cidadãos é de esperar que não caiamos na tentação de responder aos brutos com a brutalidade, é na diferença que mora a nossa identidade democrática, é nessa diferença que vive a esperança de um mundo melhor.-----

----- Tivemos eleições legislativas, as eleições tiveram um vencedor claro, dirijo ao PS, em nome do grupo Municipal do CDS, os parabéns pela vitória alcançada em Águeda e no país, cumprimento a Dr^a. Paula Cardoso pela sua eleição para a Assembleia da República, agradecemos o serviço prestado pela Dr^a. Ana Miguel que cessará as suas funções nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

órgão e se manterá nesta Assembleia, agradecemos o serviço prestado por todos os cidadãos que asseguraram o ato eleitoral, mas não podemos deixar de lamentar profundamente a macula deixada pelo que se passou nos apuramentos dos votos da emigração, infelizmente como tantas vezes tenho vindo a chamar a atenção, parece que estamos a passar de uma cultura de incumprimento dos procedimentos por ignorância, para uma cultura de incumprimento consciente segundo a conveniência.-----

----- Queria por fim falar do CDS.-----

----- O meu partido teve o resultado desastroso que se adivinhava, em Águeda, a dimensão do desastre é ainda mais visível pela proximidade às eleições autárquicas.-----

----- O CDS nacional colheu cinco vezes menos votos do que o CDS de Águeda, quero assegurar aos eleitores que nós compreendemos as suas razões, se o CDS nacional souber seguir o exemplo agregador, respeitador da diferença, congruente e aberto à sociedade do CDS de Águeda, talvez tenha futuro, pela nossa parte continuaremos a luta de sempre de através do CDS de Águeda procurar servir o concelho, a região e o país, é deste ânimo que se faz a nossa esperança.”-----

----- **João Coelho** – Secretário da União de Freguesias de Recardães e Espinhel -----

-----“Aproveito para vir aqui hoje que é a primeira Assembleia Municipal após o encerramento do centro de vacinação que estava a funcionar no Centro de Saúde de Recardães e que passou para as instalações do GICA, naturalmente, penso que é unânime que todos estamos mais satisfeitos porque o GICA oferece melhores condições às pessoas para se vacinarem, melhores condições aos profissionais de saúde na administração das vacinas, mas também não nos podemos esquecer que todo este processo de vacinação que já dura há pouco mais de um ano, sensivelmente há um ano, funcionou durante todo este tempo no Centro de Saúde de Recardães, e que para isso a Junta de Freguesia de Recardães e de Espinhel teve um importante papel, todos nós reconhecemos as limitações, as falhas que o processo de vacinação teve ao longo deste período de tempo, ao longo deste ano, ano e pouco, mas também temos que reconhecer que tudo foi feito por parte da Junta de Freguesia de Recardães e Espinhel com o apoio naturalmente da Câmara Municipal de Águeda, dos serviços municipais de proteção civil e também do Centro Social e Paroquial de Recardães, teve também um importante papel neste processo de vacinação no apoio aos profissionais de saúde, reconhecer esse trabalho meritório.-----

----- É isto que eu hoje, enquanto representante da Junta de Freguesia de Recardães e Espinhel, nesta Assembleia, por impossibilidade física do seu Presidente, venho aqui referir, aproveitar este espaço para agradecer publicamente o apoio que foi dado por estas entidades que acabei de referir, durante este processo de vacinação, e fazer votos de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

realmente as limitações do centro de vacinação de Recardães tinha que naturalmente sejam supridas, agora que está a funcionar nas instalações do GICA, e que certamente irão ser supridas.-----

---- Como referi, tudo foi feito por parte da Junta de Freguesia no sentido de realmente fazer com que as coisas corressem pelo melhor, funcionaram nas instalações do Centro de Saúde de Recardães, com apoio para recobro no salão da Junta de Freguesia, e apesar de tudo, acho que houve um empenho forte por parte destas entidades que referi para que as coisas corressem pelo melhor.”-----

---- **Jorge Miguel dos Santos Melo** – Independente -----

---- “Antes de iniciar a minha intervenção propriamente dita, queria aproveitar o momento para publicamente, transmitir a minha solidariedade para com Jorge Costa, pelos incidentes que aconteceram na última reunião de Executivo.-----

---- O que venho falar aqui hoje, já agora antes de começar, sabendo que tenho muito pouco tempo, quero-me mostrar solidário com tudo o que foi dito relativamente ao que se está a passar na Ucrânia, mas lembrar a todos que neste momento decorrem vinte e oito conflitos armados no mundo, e já morreram cerca de quatro mil pessoas, morre também uma criança em cada cinco minutos, portanto são valores assustadores dos quais devemos estar alerta.-----

---- Voltando à intervenção, o que venho aqui falar hoje está relacionado com a gestão da água.-----

---- De acordo com a Organização das Nações Unidas, no último meio século, a disponibilidade de água, por ser humano, diminuiu cerca de sessenta por cento, enquanto a população aumentou cinquenta por cento, cada habitante do nosso planeta dispunha de cerca de nove mil metros cúbicos de água doce, há cerca de vinte anos, sete mil metros cúbicos, há cerca de dez anos e disporá apenas cinco mil metros cúbicos em 2025.-----

---- De facto cerca de quarenta por centos da população do planeta vive já em áreas de stress hídrico e esta percentagem subirá para sessenta e cinco por cento em 2025, estando Portugal nos países de maior risco mundial.-----

---- Em termos quantitativos, a nossa utilização de água é superior a dez quilómetros cúbicos ao ano, e é inferior à nossa disponibilidade que é de dezasseis quilómetros cúbicos ao ano, no entanto a sazonalidade e a irregularidade da distribuição espacial deste recurso leva em que algumas regiões do país se verifiquem já situações crescentes de carência que se irão certamente agravar com as alterações climáticas, para termos noção, Portugal é a sexta maior pegada hídrica do mundo.-----

---- Face a esta situação, é imperativo proteger e disciplinar o uso da água e também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

umentar a eficiência no uso de todos os seus setores, na verdade existe um enorme potencial para a população da União Europeia que desperdiça cerca de vinte por cento deste recurso, devemos assim estabelecer como prioridade todas as possibilidades para melhorar a eficiência hídrica.-----

----- Assim, Senhor Presidente, o apelo que lhe deixo, é que reforce a sua agenda política com esta temática, pois efetivamente ela está a acontecer em Portugal, pelo que lhe deixo aqui algumas sugestões que considero importantes para o Município, nomeadamente a criação de bacias de retenção de água ao longo dos nossos rios e ribeiros; a criação de pontos de abastecimento de água não potável para a população em geral com o objetivo de regas de hortas, jardins, lavagens de carros, pátios, etc.; preservação dos nossos rios através dos recursos humanos camarários, através de guarda rios; postos de abastecimentos de água não potável para os bombeiros e restantes agentes de proteção civil, em especial na época de incêndios que se aproxima e que este ano se espera bastante interventiva; promoção de medidas de isenção de taxas aos munícipes que na construção da sua moradia nova construam um tanque de reserva para a água, de águas fluviais; criação de tanque de águas fluviais para regas de jardins públicos, e por fim uma medida mais pedagógica, um programa de sensibilização escolar, intensivo nesta matéria que futuramente em muito nos afetará a todos.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Primeiro, felicitar a Dr^a. Paula Cardoso pela sua eleição, esperando, como ela o diz, e nós acreditamos, que defenda os interesses de Portugal, de Aveiro e de Águeda.-----

----- Em segundo, agradecer a um elemento desta Assembleia, que na última Assembleia de dezembro, teve o cuidado de ligar para a GNR a dizer que saí daqui a cambaleiar, num carro cinzento e cuja GNR me mandou parar, mas só me parou já na rotunda da Mourisca, portanto deveria ter sido mais previdente, avisar logo aqui à saída, porque durante os cinco quilómetros, daqui até lá, podia ter posto em causa a minha saúde ou a saúde de alguém.---

----- Ora, essa pessoa, esqueceu-se que há um registo na GNR do telemóvel de onde ligou, esqueceu-se que há uma brigada da GNR que me mandou parar e que recebeu, o GNR até foi inocente, porque perguntou-me, na Mourisca, se tinha vindo do Centro de Artes.-----

----- É o que temos em Águeda, falei aqui da democracia, dos medos, das ameaças, falei aqui no dia vinte e sete, é o que temos em Águeda.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia, uma proposta simples, que a GNR esteja aqui logo à saída, que nós sopremos logo, para evitar que haja algum acidente, porque só me apanharam na Mourisca, podia ter tido um acidente antes. Meus senhores, isto é simplesmente uma vergonha.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A seguir, uma situação que não podemos de deixar de referir, o Partido Socialista lamenta os factos ocorridos na reunião da Câmara Municipal, onde foi posta em causa um princípio e um pilar da sociedade democrática onde nós vivemos, a liberdade de imprensa, lamentamos que tenha sido posta em causa a independência e a liberdade do jornalista Jorge Costa, e solicitamos às populações que sempre que tiverem alguma coisa a contestar, o devem fazer no contraditório e no respeito pelos direitos de uma sociedade democrática e do estado de direito.-----

----- O Partido Socialista lamenta não poder dizer mais nada contra isto, porque o PSD na Câmara e o PSD nesta Assembleia, não permite que as reuniões de Câmara sejam transmitidas, portanto não permite que nós saibamos se foi grave, ou se não foi grave o que de grave se passou, estou aqui a falar porque ouvi dizer, nos tribunais chama-se declaração...(expressão impercetível em audição) e pouco valor tem.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, em um, do nove, de 2020, é realizada a proposta ao Executivo número, trezentos e sessenta e quatro barra dois mil e vinte, proposta de aprovação para abertura de procedimento concursal, da empreitada de requalificação dos espaços exteriores do Centro Cívico de Arrancada do Vouga, com a proposta foram enviados os documentos associados onde no seu ficheiro seis, caderno de encargos, memória descritiva, consta um documento zero, zero duzentos, fotografias do local.-----

----- Em vinte e cinco, do um de dois mil e vinte e um, é realizada a proposta ao Executivo, número trinta e três barra dois mil e vinte e um, empreitada de requalificação de espaços exteriores do Centro Cívico de Arrancada do Vouga, Freguesia de Valongo do Vouga, aprovação e adjudicação da única proposta admitida e aprovação da minuta do contrato, que diz, em parte e adjudicar a empreitada de requalificação dos espaços exteriores do Centro Cívico de Arrancada do Vouga, Freguesia de Valongo do Vouga, à empresa “Rio Vouga - Construções Unipessoal, Limitada” pelo valor global de duzentos e setenta mil novecentos e cinquenta e quatro vírgula vinte e um cêntimos.-----

----- Ora, a incongruência nasce das fotos apresentadas com a data de junho de 2020, documentos diversos, ficheiro seis, do caderno de encargos, memória descritiva, consta o documento zero duzentos, fotografias do local, com essas fotos, que mostraram um terreno abandonado, com vedações em ferro antigas, árvores, escadas velhas sem nenhuma outra construção recente, não corresponder ao estado do local nessa data, portanto a foto é falsa naquela data.-----

----- Em junho de 2020, o terreno mostrava-se intervencionado com escadaria construída, rampas de acesso, delimitação de canteiros e outros benefícios, não sendo por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

verdadeira a foto na data do procedimento, não corresponde ainda ao que se encontrava no local da data da proposta e à data da adjudicação, como pode ser verificada ainda agora que não foram iniciadas as obras, dois anos depois, já estão lá construções feitas que as fotos não mostram.-----

----- Mais, as referidas obras foram realizadas em 2018 ou 2019, não sei precisar, pelo Senhor José Manuel dos Santos Nogueira do “Rio Vouga - Construções Unipessoal, Limitada” que veio anos depois a ganhar o concurso, para realizar o que já estava feito.-----

----- Ora, lido o caderno de encargos, consta do mesmo realizar trabalhos de limpeza, corte de árvores, retirada de vedações e outros e construir estruturas que já lá existem, como a escadaria, rampas, delimitação de canteiros e outros. -----

----- Ora, parece existirem indícios de ilegalidades e crimes, ao lançar um concurso com informações falsas, pois a foto não corresponde ao local na data indicada, não referi construções e benefícios já lá existentes, que pelo menos são do conhecimento do vencedor do concurso que as executou em data anterior e como tal sabia que não precisava de as construir outra vez, e ainda mais grave, constar do caderno de encargos, memória descritiva e custos, o procedimento de construções que já lá existem, num duplo pagamento, não se sabe em benefício de quem ou para pagar o quê.-----

----- O terreno foi vedado para início de obra, em início de maio de 2021, tendo prazo de execução de cento e oitenta dias, não existindo até à presente data qualquer obra ou intervenção no mesmo.-----

----- Questões Senhor Presidente:-----

----- Quando foram executadas as obras no espaço, talvez em 2018 ou 2019? Por ordem de quem? Quem as executou? Assente em que procedimentos? -----

----- Segunda questão Senhor Presidente:-----

----- Porque foi levada à reunião de Câmara um procedimento que partia de uma premissa falsa, pois apresentava uma foto do espaço a intervencionar que não correspondia à realidade e descrevia a necessidade de execução de trabalhos que já estavam realizados?--

----- Terceira pergunta Senhor Presidente:-----

----- Porque foi adjudicada a obra nas condições escritas, sabendo que partes da mesma não seriam executadas porque já estavam feitas?-----

----- Mais uma questão Senhor Presidente:-----

----- No lançamento do concurso, já o candidato que veio a ganhar tinha conhecimento que os procedimentos não estavam corretos, que a memória descritiva não correspondia à realidade, visto que foi ele que anteriormente executou as obras lá existentes, os outros candidatos foram informados Senhor Presidente?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Por ter sido vedado o espaço em maio de 2021, e o prazo de execução ser de cento e oitenta dias, ainda não foram iniciadas as obras.-----

----- Tendo em atenção Senhor Presidente que aqui são acusações de crimes e ilegalidades, solicito que envie isto aos serviços competentes do Ministério Público e com as respetivas respostas do Senhor Presidente.”-----

----- **José Miguel Ramos Tendeiro** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Nesta minha intervenção venho abordar o tema da educação, um tema que para nós é central no desenvolvimento do nosso concelho e também fundamental é para dar bases e capacitar os nossos jovens, a minha geração, para ter mais possibilidades de um futuro risonho, é ainda um pilar do desenvolvimento do nosso concelho e uma estratégia de retenção e atração de pessoas para o concelho de Águeda.-----

----- Neste momento tem-se discutido a descentralização de competências e temos que tirar partido ao máximo desta descentralização de competências e fazer mais e melhor com aquilo que nos for dado, o objetivo será ter uma educação o melhor possível para todos os jovens, mas acima de tudo dar uma melhor qualidade de vida a todas as famílias que vivem em Águeda.-----

----- A educação vai muito mais além do que é o ensino, o ensino é uma parte fundamental da educação, mas temos de ir mais além, complementar com atividades que sejam de relevo para a educação dos jovens que destaco e temos que continuar a manter esta atenção em todas as atividades, nas quais destaco a prática de desporto escolar, o acesso/apoio psicológico, apoio vocacional para todos os jovens e ainda, também para alimentação que são servidas nas escolas.-----

----- Desta forma, queria questionar o Executivo relativamente ao tema que acabei de abordar, relativo à descentralização de competências e perceber quais é que são as competências no que diz respeito à área da educação que o nosso concelho irá receber?----

----- E também no assunto que está na ordem do dia, que diz respeito às refeições nas cantinas das escolas, qual é o ponto da situação uma vez que têm sido feitas várias visitas às escolas da parte da Vereadora com este pelouro, e gostaria de perceber qual é o ponto de situação do que tem sido falado e as conclusões que têm sido tiradas com os diretores das escolas do agrupamento de Águeda?-----

----- Eram estas duas questões que queria deixar.”-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Em primeiro lugar, acho que o Senhor Presidente, sempre que se referem ao PSD nesta Assembleia, deve corrigir porque nós estamos aqui no âmbito de uma coligação, portanto temos que ter respeito por isso, portanto Juntos/PSD.MPT, porque há aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

qualquer coisa que às vezes nos escapa e portanto estamos sempre a falar no PSD, mas atenção, só para recordar que, e pelo menos eu, estou aqui, bem como os meus colegas e fomos eleitos no âmbito de uma coligação.-----

---- Em segundo lugar, congratular-me com a eleição da Dr^a. Paula Cardoso para a Assembleia da República, oxalá consiga ser um elo de ligação a Águeda, ao Distrito e à Assembleia da República, pelo menos fica aqui o desejo, votos de um bom trabalho.-----

---- Por último, vários munícipes abordaram-me no sentido de vir aqui hoje sensibilizar o Executivo Municipal para um problema que existe mesmo à porta da Câmara Municipal, estou-me a referir à entrada para a garagem da Câmara, estou-me a referir ao cruzamento na Venda Nova, no sentido de que existe, vou chamar este nome, uma anarquia, quer ao nível do estacionamento, quer ao nível da entrada do trânsito, das velocidades que se praticam ali, portanto vinha aqui em nome desses munícipes que me abordaram, transmitir ao Senhor Presidente que através da sua divisão de trânsito ou os serviços que entender convenientes, para analisar, não trago aqui a solução, estou só a sensibilizar o Executivo para, não sei, a colocação de uma rotunda, até me falaram de uma floreira de grandes dimensões para obrigar as pessoas a contornar, eventualmente alguma passadeira para os peões, porque como sabe os peões descem a rua no sentido de cima e chegam ali e ficam no meio da estrada, portanto, no fundo, era esta mensagem que queria transmitir aqui ao Executivo, é evidente que não tenho aqui a solução para lhe apresentar, mas agradeço-lhe que tome nota desta situação.”-----

---- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

---- “A razão que me traz aqui é porque de facto fui contactada por pessoas e assuntos que vocês já sabem, assim que falar nele vão saber do que é que se trata, e até sei o que é que a Câmara me vai responder, mas de qualquer forma queria saber duas questões ou três relativamente a este assunto.-----

---- Tem a ver com a empresa que toda a gente sabe, a “Jade”, é do vosso perfeito conhecimento de que tem havido várias questões e queixas, e sei que já houve inclusivamente queixas apresentadas junto da Câmara Municipal, quanto ao facto de haver emissões de ruído que incomodam de facto as populações ali à volta, as pessoas possivelmente que colocam esta questão, não estão devidamente esclarecidas, não sei como vocês fazem junto da Câmara, sei que as pessoas têm três hipóteses:-----

---- A primeira hipótese é no caso de não estar licenciada, fazerem queixa às autoridades policiais, está licenciada, tenho aqui o licenciamento, está a laborar;-----

---- A segunda hipótese, quando a população se sente realmente prejudicada com a poluição sonora ou até com os maus cheiros que eventualmente advêm da produção, resta-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

lhes a Câmara Municipal e em última instância a via judicial.-----
---- O que é que acontece? Acontece que eu sei que as pessoas efetivamente já fizeram queixa junto da Câmara Municipal e sei também que inclusivamente já visitaram a fábrica e que foram lá fazer as tais perícias acústicas dentro da mesma.-----
---- A questão que se coloca Senhor Presidente, é a seguinte: é estranho que as pessoas que habitam ali à volta, independentemente de se dizer aqui no licenciamento que estão a oitenta metros da fábrica, é estranho que tanta gente à volta se sinta incomodada e que continuem a afirmar que durante a noite sentem essa poluição, e a questão que coloco é, quando vão fazer a fiscalização, quando vão fazer a peritagem acústica ao local, avisam com antecedência a empresa? É que é assim, já perdi uma ação em tribunal precisamente que tinha por objeto o ruído que um café fazia, e é claro que o colega foi muito inteligente e disse ao cliente que tivesse cuidado porque se calhar naquele dia, tendo em conta o conhecimento que se tinha do magistrado, naturalmente que o colega iria dizer para não trabalhar naquele dia e quando fomos ao local nem havia frangos, nem havia barulho, nem havia nada, e claro perdi a ação, portanto o que quero perguntar é, há efetivamente condições para eventualmente a Câmara poder agir de uma maneira diferente, para saber se efetivamente os ruídos são cumpridos dentro daquilo que a lei determina? Vão lá durante o dia? Vão lá avisando? Porque é evidente que se há um aviso prévio relativamente a uma fiscalização que se vai efetuar, é natural que a empresa também pode escamotear a prova e apresentar apenas aquilo que lhe interessa, porque a verdade é que quando foi efetuado o licenciamento e quando eles apresentaram o documento relativamente ao licenciamento industrial, que é a página, salvo erro, dezoito ou dezasseis do licenciamento, o que eles dizem é o seguinte: - *“encontra-se numa zona industrial”* as pessoas têm que também saber que de facto aquilo pode estar determinado como zona industrial, por sinal é determinado como sendo uma zona residencial Tipo1, mas as pessoas também têm que saber que neste tipo de locais que é possível fazer construção de indústrias, nomeadamente Tipo 3, que é aquela que lá está, quem me está a ouvir através da Águeda TV e se forem as pessoas interessadas, têm que saber que estas coisas acontecem, mas a verdade é que quando o licenciamento foi apresentado, relativamente ao ponto concreto do ruído, limitam-se a dizer isto: *“as fontes de emissão de ruído serão os equipamentos utilizados nos diferentes processos produtivos, tendo em conta os equipamentos existentes e o tipo de atividade envolvida, é exetável que os valores de emissão fiquem abaixo dos valores estabelecidos na legislação vigente.”* foi só isto que apresentado, posteriormente a isto foi dado um licenciamento, a empresa começou a laborar normalmente e as queixas efetivamente começaram a surgir, e apesar de eu saber que a Câmara cumpriu com o que devia, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sentido de avançar com as tais fiscalizações, é assim: será que a Câmara, que o Executivo, pretende ou quer-se ver no âmbito de uma ação judicial para haver no tribunal uma decisão que vá contra tudo aquilo que a própria Câmara fere, porquê? Porque é assim, a Câmara é um organismo que tem toda a legitimidade e o dever para com os seus cidadãos de fiscalizar uma situação destas e de a fiscalizar como deve ser, preparando-se por forma a averiguar se efetivamente os resultados que advêm da fiscalização, se correspondem à verdade, se terão sido feitas nas condições ideais, para verificar se efetivamente aquilo acontece ou não, porque às dez da noite há pessoas que se queixam e a verdade é que a Câmara tem poder, não só para obrigar as empresas que violam a lei do ruído a tomarem providências e a fazerem obras no sentido de diminuírem esse ruído, tal como tem competência e é aquela que tem competência principal também, no sentido de efetivamente até fechar uma empresa caso ela venha a prevaricar naquilo que parece que está a acontecer. -----

----- Se isto não acontecer, se a Câmara de facto, ficar por aquilo que tem ficado e de se contentar, não digo que não seja legítimo, atenção, mas se a Câmara continuar a aceitar o descontentamento da população daquela zona, pergunto, então vamos para tribunal? Vamos não, eu não quero ir, atenção, mas a população pode ir, a população tem esse direito, e pode conseguir independentemente de todos os relatórios que a Câmara tem, pode independentemente disso, conseguir uma sentença que venha a conseguir aquilo que a Câmara não conseguiu ou através da sua própria fiscalização, sem colocar em causa que efetivamente tenho conhecimento efetivo de que as queixas tiveram o seu seguimento e que o resultado foi esse, continuo a achar estranho que tanta gente se queixe, e acho que se deveria ver isso com atenção, porque amanhã pode ser pior, as coisas podem piorar e a verdade é que o ruído tem consequências muito graves ao nível da saúde de uma pessoa, está mais que provado que o ruído, pode ser pouco acima do nível que a lei prevê, mas a verdade é que pode causar graves problemas psicológicos, pode provocar problemas cardíacos, preparei-me para saber como é que é, e o que é que quero? Não quero que o Senhor Presidente chegue lá e que feche a empresa, não quero de forma alguma, nós precisamos das empresas, a única coisa que quero é que haja uma harmonia entre a possibilidade da empresa poder funcionar, de dar trabalho aos nossos cidadãos, aos nossos municípios, mas ao mesmo tempo também garantir que as populações que têm que conviver com aquela indústria, possam ter paz e sossego nas suas casas e que não fiquem doentes, porque sei que é possível escamotear os resultados de uma peritagem acústica muito facilmente, então pergunto, avisam com antecedência que lá vão? Vão lá em *timings* que possam permitir fazer uma avaliação correta do ruído que aquela empresa emite? Será que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

está tudo a ser bem feito? Porque se estiver também nada posso fazer em nome de quem me pediu ajuda, mas a verdade é que nós também não podemos fechar os ouvidos e os olhos aos problemas dos nossos cidadãos, e haverá lá muito que de certeza que votaram em V. Ex^a., e se votaram no Senhor Presidente, se calhar também esperavam, ou esperam, ou continuam a esperar que haja uma correspondência de entre o voto que vos deram e aquilo que eles esperam de uma situação de vida que não é fácil de enfrentar, é só o que peço.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Primeiro e antes de mais uma palavra triste e de uma angustia muito grande relativamente aquilo que se está a passar na Ucrânia, acho que os refugiados, os deslocados de guerra, os sem abrigo, os abandonados, as vítimas desta guerra e de todas as guerras, acho que não são problemas da Ucrânia nem da Rússia, são problemas de todos nós, acho que são mesmo um problema da humanidade.-----

----- Quando nos bate tanto à porta, como acontece agora aqui nesta Europa de que fazemos parte, naturalmente isto só nos choca ainda mais, mas estou como o Jorge Melo diz que há tantas guerras afinal de contas que parece que por serem mais longe, mas esta efetivamente veio-nos aqui tocar bem perto, e faz-nos pensar única e simplesmente, como é que é possível? Como é que efetivamente há neste mundo pessoas com responsabilidade, que veem como único caminho para esbater diferenças, para atenuar prováveis conflitos e que não serão mais nunca do que diferenças, a única forma que encontram para os solucionar que seja através desta guerra que normalmente faz sempre vítimas e quase sempre vítimas inocentes.-----

----- Queria-vos dizer que tratamos aqui de vários temas, alguns deles já muito debatidos noutras circunstâncias e ia começar exatamente pelas questões que nos dizem respeito e agradecer a lembrança ao João Coelho, o centro de vacinação saiu agora efetivamente de Recardães e queria agradecer naturalmente todo o apoio da Junta de Freguesia, mas queria também enaltecer o papel dos profissionais de saúde que em situações difíceis fizeram muito, muito e muito bem, naturalmente que era exetável que nas alturas de maior dificuldade as coisas não funcionassem tão bem, porque tal qual como nós agora, diria que, num tempo praticamente recorde de pouco mais, foram nove dias úteis, que nós precisamos para montar o centro de vacinação no Ginásio Clube de Águeda, onde indiscutivelmente as condições são melhores, uma teimosia impediu-nos de só agora lá colocarmos efetivamente este centro de vacinação, nós tínhamos razão desde o princípio.-----

----- Jorge Melo, obrigado pela sensibilização relativamente a esta questão da seca e da falta de água, nós naturalmente que estamos atentos, estamos num concelho e sobretudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

numa região que soube a tempo criar infraestruturas que nos permitem ter alguma tranquilidade, mas naturalmente que perante um cenário como este, precisamos de tomar providências e é isso que vamos fazendo.-----

----- Queria também dizer aqui, a toda a gente que, precisava de esclarecer, porque às vezes vi na imprensa escrita, já o vi aqui relacionado e falam dos acontecimentos da reunião de Câmara e parece que é alguma coisa motivada pelo Executivo Municipal e claramente não foi com o Executivo Municipal, mas apesar do que aconteceu, nós continuamos a defender a participação das pessoas na reunião de Câmara, por isso mesmo é que temos, ao contrário do que acontece praticamente em todos os lados, temos duas reuniões inteiramente públicas, porquê? Porque apelam à participação da pessoa, há outras pessoas que aqui fazem como o Frei Tomás, olhem para o que eu digo, não olhem para o que ele faz, e naturalmente são apologistas de qualquer coisa mais parecida com o *big brother*, com qualquer coisa desse género, mas não, estes assuntos são para tratar de uma forma séria, e quem aqui falou na questão do Executivo do nosso Governo, as reuniões do Governo têm exatamente o mesmo cariz das reuniões de Câmara, são reuniões executivas e que portanto precisam de calma, tranquilidade e não de *big brother*, aliás quando estávamos aqui a falar destas questões, tive o cuidado indiscutível de ir ver, por exemplo, a Presidente da Associação Nacional de Municípios é a Senhora Presidente da Câmara de Matosinhos, fui lá, deu-me essa curiosidade de ver, tem apenas uma reunião pública e não tem transmissão das reuniões do Executivo, portanto seria interessante falarmos nessas coisas.-

----- Já agora uma nota relativamente a estas questões que têm que ver com o Senhor José Vidal, a paciência tem limites, acho que há pessoas que são indignas da nossa companhia, são indignas e indignam da companhia de figuras muito respeitáveis do PS que naturalmente em bom momento o têm dito desta forma e anda desta forma completamente torpe a tentar atirar lama sobre todas as pessoas.-----

----- Queria pedir-lhe Senhor Presidente, que as insinuações que ali foram feitas efetivamente tenham encaminhamento devido para o Ministério Público, porque são insinuações muito graves de alguém que já perdeu o tino e provavelmente não é muito digno de estar por aqui, volto a dizer, para mim ele é inimputável, e tenho alguma dificuldade em fazer disto, agora efetivamente vale tudo e enfim.-----

----- José Tendeiro, a descentralização, como bem sabes, é um processo que os municípios estão dispostos a receber de braços abertos, mas naturalmente que precisavam que todo este processo de descentralização fosse um processo claro e sobretudo que essa clareza viesse exatamente, vêm competências o que é que vem com as competências? E estou a falar sobretudo dos meios financeiros e de tudo isso que implica, é aí que tem batido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

essencialmente as grandes dificuldades.-----

----- Relativamente à questão da educação, como sabes o Município de Águeda é um dos treze ou catorze, foram piloto no país para este processo de descentralização, já há uns anos, lá mais atrás, e portanto nós seríamos e podemos ser apontados, no fundo, como exemplo para essa descentralização, agora vêm algumas competências, mas vão algumas outras que são muito importantes relativamente ao protocolo que nós temos ao contrato interadministrativo de delegação de competências que temos com o Governo relativamente a essa matéria, mas estamos a preparar-nos e nomeadamente esta questão, a questão com que nós estamos a abordar tudo isto relativamente a todas estas matérias tem exatamente a ver com o cuidado com que preparamos as coisas.-----

----- A Senhora Vereadora, é público e notório que tem, face a essas questões, que têm vindo a falar-se, porque é fácil falar-se, e porque reparam, nem sempre acredito que todas as crianças gostem muito da comida, mas ela preocupada, aliás é a forma de nós estarmos, tem ido ver e tem havido desafio, aliás sei que alguns encarregados de educação têm ido ver o que é que se passa nas escolas e sobretudo nas cantinas, e temos a preocupação de acompanhar e de darmos naturalmente a devida qualidade a essa alimentação.-----

----- Mas podíamos falar em muitas outras coisas em áreas que nós teremos com toda a certeza essa descentralização.-----

----- A questão da saúde, nós estamos agora, agora, a fazer reuniões, porque a única coisa que temos relativamente à transferência de competências na área da saúde, que como sabem, está previsto acontecer no dia um de abril, parece mentira, estamos agora a fazer reuniões preparatórias para essa transferência, mais, a única coisa que os municípios têm, foi um quadro com os custos e verbas previsíveis exatamente fundamentadas nesses custos, com quê? Custos de água e luz, custos de rendas de edifícios e custo de algum pessoal, assistentes operacionais praticamente, que serão transferidos com esta delegação de competências.-----

----- Acho que a descentralização poderia ter sido preparada para melhor, mas se vier, nós não teremos medo, a exemplo do que faremos com outras coisas porque temos a certeza que o poder local com os mesmos meios, e que nos deem pelo menos esses mesmos meios, fará com certeza melhor.-----

----- A ação social, nós temos uma proposta aqui a dizer, que não vamos assumir até ao final deste ano, e há outras que nós já assumimos e assumimos na primeira hora essa competência, quisemo-la assumir, nomeadamente no que diz respeito às estradas nacionais, estou a lembrar-me aqui do IC2, da estrada que vai do matadouro até à rotunda de Recardães e por exemplo da estrada de Assequins, são estradas que estão num estado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

lastimável e que nós não nos importamos, aliás estamos disponíveis para que elas nos sejam transferidas, que nos deem uma componente financeira que nos permita pelo menos recuperar minimamente o estado em que elas estão, ou será que o Município vai aceitar tipo um brinde uma coisa destas, é pouco e é demais.-----

----- Mário Vasconcelos a questão que falas-te relativamente à questão ali junto à Câmara, nós estávamos a adiar para ver se as pessoas e o bom senso de algumas pessoas nos permitia não fazer o que temos que fazer, nós temos a solução, ou pensamos que temos a solução, minimamente desenhada para aquilo, e passa-se porquê? Por criar uma zona com aquelas pinturas amarelas onde é proibido parar naquele centro, porque efetivamente está ali um estacionamento que sobretudo é baseado na falta de respeito para com os outros de quem faz aquele tipo de estacionamento, e esse é o problema efetivamente maior de todos.-

----- Relativamente à questão levantada pela Olivia Passos, relativamente à “Jade”, queria dizer o seguinte, e queria aqui deixar claro uma coisa, nós não vale a pena estar aqui a passar a ideia de que estamos todos a defender as pessoas do Vale Grande e que a Câmara está contra eles, não, nunca pus em dúvida que para tantas pessoas se queixarem, alguma coisa existirá, a minha dificuldade, já o disse aqui noutras circunstâncias é obter meios de prova válida que me permita efetivamente tomar outro tipo de providências.-----

----- Pois bem, tudo isto que aqui está, são comunicações da CCDRC, que é a entidade competente para avaliar aquele conjunto de parâmetros e esta questão da justiça também não tem problema, porque numa destas diz o seguinte, estou aqui a ver o despacho e elementos pedidos vejam por quem, pela polícia judiciária, também já lá chegou, portanto não tem problema nenhum, e despacho da CCDR, concorda com o parecer que diz que é uma indústria do Tipo3, e que cumpre todos os parâmetros e diz: *“A reclamação é considerada improcedente, tendo em conta o observado, o industrial deverá ser notificado conforme o proposto, deverá ser dado conhecimento da situação da reclamante à ARS, ao Município de Águeda, deverá ainda ser prestada informação à PJ de Aveiro, conforme solicitação de cinco, do cinco de dois mil e vinte e um, remetendo cópia das informações das fiscalizações realizadas, e dos ofícios expedidos neste âmbito, à consideração da Ex.ª Senhora Presidente da CCDR.”*, depois dizem-nos aqui outras coisas, porque falaram, podíamos falar aqui de milhentas coisas relativamente à forma como as coisas vão acontecendo e diz: *“Sobre o assunto em epígrafe, informamos V. Ex.ª. que a fiscalização destes serviços efetuou nova ação de fiscalização às instalações da empresa “Jade – Creaction”, sitas na Rua do Casarão, em Águeda, no dia dezoito, do três de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, a ação de fiscalização foi percorrida à unidade, no interior, no exterior, não tendo sido detetado qualquer odor a ácido ou outras substâncias, mesmo junto*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

das linhas de galvanização que se encontravam em pleno funcionamento e junto da chaminé exterior”, e depois começam a dizer que mediram exaustivamente as tinas, com todas as medidas que o projeto, até porque poderiam duvidar do projeto que foi apresentado, validaram todas as mediadas e que tudo aquilo cumpre os parâmetros para se enquadrar nisto, e meus amigos, volto a dizer o que acho, acho que de repente não foi toda uma comunidade, todos os vizinhos que se viraram contra uma situação de uma forma completamente arbitrária, não, há com certeza razões, de que forma é que nós conseguimos fazer prova disto? A Câmara não tem competência nem meios, não, a Câmara precisa destes elementos, para poder agir, os elementos que lhe chegam de todos os lados, e pelos vistos também as pessoas ainda não conseguiram ter, porque todos os elementos que nos chegam, confirmam a regularidade, agora se me dizem assim, no dia em que lá vão fazer as ..., não sei, não aviso ninguém, não faço ideia de nada, a única coisa que sei é que todas as vezes que vão medir, tudo o que medem está dentro dos parâmetros normais.-----

----- A questão da classificação daquela empresa, enquanto empresa Tipo3, tudo o que lá está instalado, dizem eles uma vez mais, que cumpre inteiramente aquilo que está padronizado para uma indústria Tipo3, se tem este tipo de indústria, conforme o nosso PDM e tudo o mais, que se pode estar instalado em zonas urbanas, e aquela está licenciada, sobraria aqui uma coisa muito simples, que não posso fazer como bem sabem, que era chegar ali e de forma arbitrária dizer, fechamos isto, com toda a certeza, eu pessoalmente, iria ter problemas muito sérios.-----

----- Peço ajuda, a todos os que queiram ajudar, para nos ajudarem a encontrar soluções, e que fique aqui absolutamente claro que estamos solidários com as pessoas que se sentem incomodadas com aquela empresa, não tenho outra forma de o fazer, e sabem uma coisa, a única diferença no discurso é que estou aqui porque, volto a dizer, estou solidário, mas não posso fazer mais do que voltar, e de vez em quando voltar a pedir fiscalizações ao que vai acontecendo, até que nos chegue o quê? Algum elemento de prova, que nos permita agir, é tão simples quanto isto.”-----

*----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----*

----- “Senhor Presidente da Câmara, provavelmente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não ouviu, mas nós ouvimos, e todos os aguedenses ouviram, o estilo que lhe conhecia, designadamente quando foi Vice-Presidente pelo Partido Socialista, não era tão trôpego quanto agora, nem era tão caustico quanto o de agora, o Senhor, se reparou, fez uma intervenção em que embrulhou tudo, falou de uma forma muito enérgica, mexe muito os braços e baralha os assuntos todos, e diz o que quer, quem escolhe as lideranças de cada Grupo Municipal, são os membros desse Grupo Municipal, o Senhor José Marques



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Vidal não o ofendeu quando aqui veio, não o ofendeu, pode não ter gostado do que ele perguntou, mas ele falou com educação, e o Senhor não respondeu com educação, o Senhor disse que era uma pessoa que não era digna de estar cá, disse que para si era inimputável, diz essas coisas e não têm consequências, por norma as coisas não têm consequência em cima de pessoas inimputáveis, ou então em cima de pessoas muito poderosas, ou então em pessoas que misturam as duas coisas, não sei, em todo o caso da nossa parte tem consequências, o Senhor tem que respeitar o Grupo Municipal do Partido Socialista e a não ser que alguém que tenha uma posição simétrica à sua, nesse nível de ser mal educado, aí é que deverá ser também em sua defesa, não foi o caso.-----

----- Depois, provavelmente estaria a referir-se a mim quando falou das pessoas que queriam um *big brother*, só porque queriam que as reuniões da Câmara Municipal sejam transmitidas, aposto consigo que a generalidade das pessoas aguedenses em consciência, acham que não teria mal nenhum de elas serem transmitidas, a não ser que se lá passe alguma coisa que tenha que ser escondida, e pasme-se o Presidente Carlos Moedas, também está em *big brother*, e o Presidente Rui Moreira, no Porto, também está em *big brother*, veja-se bem, antigamente Águeda primava por fazer coisas até à frente dos outros, agora a sua defesa é dizer, “os trezentos e oito municípios não têm” e portanto como não têm é *big brother* querer, e depois faz uma vez mais, não deve ter ouvido o que disse há momentos, mas vou repetir para sua satisfação, o Conselho de Ministros não tem lá pessoas externas, não tem lá jornalistas, as reuniões não são abertas, as da Câmara são, e sendo abertas, em vez de serem abertas só para algumas pessoas que têm disponibilidade de lá ir, porque as restantes estão a trabalhar, seriam abertas para toda a população, é simples, eu se estivesse muito orgulhoso do trabalho que estou a fazer, gostaria que mais gente o visse, qual é o problema? Em que é que os meus pais, os meus vizinhos, ou os meus amigos virem as suas reuniões de Câmara Municipal que são públicas, onde é que isso prejudica essas pessoas ou o Município? Não me explicou, tal como não explicou nada, não explicou coisa nenhuma.-----

----- Existem dois tipos de responsabilidade, nós aqui tratamos da responsabilidade política, se existirem ou não responsabilidades criminais, isso é outro assunto, compete ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal enviar, e digo-lhe uma coisa, até subalternizá-lo um pouco, depois do Senhor Presidente da Assembleia Municipal já ter os elementos em sua posse, estar o Senhor, parece que a autorizá-lo a enviar, veja bem, “mande lá, e tal...”, e não respondeu a nada, e o Senhor tem de responder Senhor Presidente da Câmara, porque quando o Senhor se candidatou para o lugar em que está, já sabia que fazia parte das suas obrigações responder, e faz parte das nossas obrigações perguntar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Este caso que aqui foi exposto, não tinha qualquer conhecimento dos pormenores dele, não fui eu que redigi as perguntas que aqui estão, nem tenho verdadeiro conhecimento dos pormenores do que aqui está, mas estas perguntas, são perguntas que somos obrigados a fazê-las, perante determinados factos que são interpretados de uma determinada maneira, portanto vou fazer novamente as perguntas, sem nenhum tipo de considerações, para que não diga que é porque, bom a não ser que eu também seja inimputável, podemos alargar o espetro de inimputabilidade a toda a gente que o critique, e vou fazer as perguntas, e gostaria muito que o Senhor respondesse, gostaria muito que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal promovesse que o Senhor respondesse, e gostaria também que a Mesa pudesse ouvir este tipo de expressões, que não ajudam nada a um bom ambiente democrático, ajudam a crispação, e sabe que muitas vezes é tão culpado o que dá um murro como aquele que o instigou, e há muita forma de instigar as coisas acontecerem, portanto sou-lhe muito franco, pareceu-me um antigo líder do Governo Regional a maneira como o Senhor fala e acho que do que conheço de si é muito melhor do que isso, portanto as perguntas feitas concretamente e gostaríamos que respondesse, são estas:-----

----- Quando foram executadas as obras no espaço, talvez em 2018 ou 2019? Por ordem de quem? Quem as executou? Assente em que procedimentos?-----

----- Porque foi levada à reunião de Câmara um procedimento que partia de uma premissa falsa, pois apresentava uma foto do espaço a intervir que não correspondia à realidade e descrevia a necessidade de execução de trabalhos que já estavam realizados? Pergunta do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

----- Porque foi adjudicada a obra nas condições escritas, sabendo que partes da mesma não seriam executadas porque já estavam feitas?-----

----- No lançamento do concurso, já o candidato que veio a ganhar tinha conhecimento que os procedimentos não estavam corretos, que a memória descritiva não correspondia à realidade, visto que foi ele que anteriormente executou as obras já lá existentes, os outros candidatos foram informados?-----

----- Por ter sido vedado o espaço em maio de 2021, e o prazo de execução ser de cento e oitenta dias, ainda não foram iniciadas as obras?-----

----- Foram estas as perguntas, que em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, o líder fez, e que eu repito e que vou entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que ajude a que o Senhor responda.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente, há aqui surdez seletiva por parte do Senhor Paulo Tomaz, não pode ser, ele com toda a certeza se esqueceu de ouvir a adjetivação que o Senhor José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Vidal ia fazendo à medida que ia fazendo as determinadas perguntas, hoje sim.-----
---- Há uma coisa que fica aqui absolutamente clara, nós abrimos um concurso público que foi exatamente com toda a amplitude, que teve um candidato, mas como podia ter tido cem, duzentos, trezentos, os que quisessem lá ter ido, esse concurso público tinha um projeto, tinha um caderno de encargos e como toda a gente sabe, em todos os concursos públicos há uma fase de erros e omissões, em que os eventuais candidatos têm naturalmente toda a obrigação até, de levantar e submeter dúvidas ao júri, todas essas questões que o Senhor José Marques Vidal quis imputar, provavelmente do ponto de vista político, que não tenha a mais leve dúvida de que todas as questões que estavam no procedimento, foram feitas por técnicos que eu refuto de competentes, e que naturalmente foram de uma forma absolutamente clara e inequívoca.-----

---- Alguns trabalhos que lá tinham sido começados a fazer, foram feitos pela Junta de Freguesia, no âmbito de um processo que em determinada altura percebemos que teríamos que fazer de outra forma, e fazer de outra forma porquê? Porque a amplitude daquilo que se entendeu lá fazer tinha uma dimensão muito maior, em momento nenhum do caderno de encargos, ou era possível sequer naquela altura, estarmos a colocar fotografias falsas, são coisas inimagináveis, fotografias falsas, só se foi por engano de algum técnico, mas digo uma coisa, nunca esse assunto me foi colocado e tenho dúvidas que tenha acontecido, e sabe uma coisa? Os considerandos do Senhor José Marques Vidal é que eram evitados, porque se ele chegar aqui e em vez de estar com um tom acusador, e sobretudo pior do que isso, e depois que temos a tal gravação que poderá ver em casa, veja bem a adjetivação que ele ia fazendo, vá vendo o tom, é esse tom que nós dispensávamos tão bem que pudesse acontecer aqui, e temos sinceramente, é um desafio que faço para todos, acabem com isto, vamos trabalhar em prol do concelho, vamos discutir assuntos que sejam bons efetivamente e que nos levem ao desenvolvimento, não andem aqui sistematicamente a lançar a dúvida sobre nós, porque nós estamos aqui, somos sérios, por muito que custe a aceitar a algumas pessoas de que há pessoas sérias na política, nós somos, e não temos nenhuma questão a esconder, não precisamos deste show off, se tivesse dúvidas, se a intenção fosse boa é perfeitamente legítimo era uma questão de explicar, não consigo entender este sombreamento que tendem de fazer sobre as coisas, não é nada, um concurso público, com caderno de encargos público, para uma obra pública, é assim que nós trabalhamos, não há aqui sombras de coisíssima mais nenhuma.”-----

---- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----
----”Caríssimos Deputados, caríssimos colegas, fique aqui bem claro uma posição do nosso Grupo Municipal, eu em particular, estou à vontade para falar, porque não estou aqui há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

muitos anos, mas é muito fácil nós estarmos aqui e muitas vezes por atitudes, por palavras, por comportamentos nesta Assembleia sermos levados a dizer aquilo que não queremos, aconteceu comigo, não tenho problema nenhum em admiti-lo, estiquei-me um bocadinho, a língua estava um bocadinho comprida, a seguir tive oportunidade de me desculpar, porque acontece, e acontece porquê? Porque muitas vezes não temos noção dos limites que atingimos e torna-se difícil, quem não se sente não é filho de boa gente.-----

----- Eu, para o Senhor José Marques Vidal, porque ele é useiro e vezeiro deste tipo de linguagens, só lhe deixo uma recomendação, porque é assim, ele tem muito mais anos de política do que eu, tem obrigação de saber como é que isto funciona, e não me acredito nada do que ele faça aqui não seja pensado e perpetrado, ao contrário de algumas reações que surgem espontâneas em que nós não temos capacidade de antecipação, surgem-nos, vêm de dentro, e é muito difícil pactuar com este tipo de insinuações, falar em crime, em ilegalidade, criar esta nebulosa para uma Assembleia Municipal, numa altura em que precisamos de estar todos unidos, num pós Covid, com uma guerra, vir para aqui com estes assuntozinhos, Senhor Presidente ou Líder da bancada, Presidente da Concelhia do seu partido, mas será que não é capaz de mais do que isto?-----

----- Bastaram três meses para voltar ao registo do anterior mandato todo, será que os senhores não conseguem mais? Acho que sim, acho que é possível fazer muito mais por este concelho, pela política local do que isto, manifestamente redutor, porque os senhores não conseguem fazer mais do que isto e não conseguem falar da política local, daquilo que nós precisamos para Águeda? Problemas com a saúde, com a educação, então perdoem-me, vão ter que ficar a falar para as paredes deste edifício, porque não estou cá com este propósito, estou cá com o propósito de discutir aquilo que o nosso concelho precisa, e os senhores deviam estar com o mesmo, os senhores têm dúvidas sobre a legalidade ou sobre o conteúdo, aceito isso, agora fazer juízos de valor, não aceito, e certamente terá mais problemas dentro do seu partido para resolver, àquilo que nós vimos no início desta Assembleia do que estar preocupado com este tipo de coisas, se tiver dúvidas coloque-as, agora juízos de valor, o nosso Grupo Municipal não aceita, não aceitará e manifestamente parece-me algo pequenino demais para esta instituição que nós representamos.”-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Presidente, venho aqui apenas colocar má disposição, para constituir uma comissão, se quiserem, para resolver o problema da “Jade”.-----

----- Para mim a indústria preocupa-me neste concelho e inclusivamente até conheço o proprietário da empresa, portanto tudo o que for para preservar postos de trabalho, temos que ajudar, concordo que a população pode ter alguma razão de queixa, não digo que não,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

não estou aqui a pôr nada disso em causa, contudo vi muito ruído à volta disto, posso-vos dizer que na semana passada, sozinho fui lá à noite, ouvi se havia barulho ou não havia, com certeza que ninguém avisou que eu ia lá, porque fui lá de surpresa, portanto, peço se alguém me quiser acompanhar, dos outros grupos parlamentares e em conjunto com a Câmara Municipal e eventualmente agendarmos uma reunião com o proprietário da empresa, com certeza que é uma pessoa que será sensível a criar mecanismos para que possa minimizar o ruído.-----

----- Fica aqui esta minha proposta.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “No outro dia, ouvi agora com atenção o Deputado Humberto Moreira, no outro dia trouxe aqui uma questão de um simples desvio de cinquenta mil euros, e a resposta foi que eu era inimputável, embora tudo estivesse nas atas.-----

----- Hoje trago uma questão que está nas atas, não há declarações, não há nada, nem há filmagens nas reuniões de Câmara porque é proibido, porque é *big brother*, as perguntas foram feitas, não há, que eu veja aqui no texto, considerandos nenhuns, porque não há considerandos, é tudo objetivo, é tudo o que está lá, digo eu só na parte final, parecem existir indícios de ilegalidades e crimes, porque quando se vai fazer, e o Senhor Presidente disse que está tudo legal, e a primeira coisa que lá está é uma foto em que está tudo como estava em 2016 e estamos em 2020, onde não aparecem lá todos os trabalhos feitos, nem as rampas, nem nada, tudo o que está feito não está nessas fotos, meus senhores, então foi engano da foto, deve ter sido engano da foto, tal como foi engano na memória descritiva, que manda construir tudo o que já lá está construído, tal como foi engano nos custos que estão lá os custos daquilo que está para construir que já lá está construído, portanto é uma quantidade de enganar Senhor Presidente, não quero pôr em causa os serviços da Câmara, quero pôr só responsabilidade política do Senhor me responder às questões que lhe foram feitas, não respondeu a nenhuma questão, é isso que ficará aqui, ainda bem que o PSD não proibiu ainda a transmissão desta Assembleia, porque pode vir a votar brevemente porque muita gente deve vir é cá, não devem ouvir em casa agora como estão a ouvir nesta altura.”

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **3.1 Análise e votação da proposta para a constituição de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Águeda para o mandato de 2021-2025;**-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Senhores Deputados no início desta Assembleia, por lapso do envio do link, não foi enviado o teor da proposta, vim a constatar após o alerta do Deputado Miguel Oliveira, e de facto, é facto e solicitei aos serviços administrativos no sentido de vos entregar logo no início



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

desta Assembleia o teor da proposta.-----

----- A mesma resultou conforme consta de uma reunião previamente convocada e feita entre a minha pessoa e os líderes dos Grupos Municipais, e resultou na constituição de quatro Comissões que como constam da proposta:-----

----- A primeira Comissão Permanente - Comissão de Economia, Finanças e Serviços Municipais;-----

----- A segunda Comissão Permanente - Comissão do Urbanismo, Património, Obras Públicas, Ambiente e Ordenamento do Território e Proteção Civil;-----

----- A terceira Comissão Permanente – Comissão da Educação, Juventude, Desporto, Cultura, Lazer e Turismo;-----

----- A quarta Comissão Permanente - Comissão de Solidariedade, Cidadania, Inclusão, Igualdade de Géneros, Segurança Pública e Saúde.-----

----- Conforme resultou da dita reunião do passado dia dois de fevereiro, estas Comissões são a proposta em que sejam compostas por quatro membros desta Assembleia Municipal, sendo que dois membros serão do Grupo Municipal Juntos/PSD.MPT, um membro de cada um dos Grupos Municipais do PS e do CDS, e obviamente os respetivos suplentes em igualdade de número.-----

----- Na proposta também consta o convite aos grupos municipais para, até ao dia sete de março, indicarem os elementos que integrarão cada uma destas Comissões e depois, em termos Regimentais, o que vem de seguida é o que consta do nosso Regimento, ou seja, a distribuição dos cargos de Presidente e Secretário de cada uma das quatro Comissões, bem como as regras internas de funcionamento deverão ser definidas internamente em cada uma das Comissões, como dispõe o número três, do artigo quinquagésimo primeiro, do Regimento.-----

----- Será então o Presidente de cada Comissão, que será eleito pelos seus pares que irá também escolher o Secretário, é isto que ficou definido e é isto o conteúdo da proposta e a tomada de posse obviamente terá lugar na primeira reunião de cada uma das Comissões que entretanto acabei por convocar nos termos do número um, do mesmo citado artigo do Regimento.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta para a constituição de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Águeda para o mandato de 2021-2025.-----

----- **3.2 Retirado.**-----

----- **3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Minuta do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Parte do Edifício de Passageiros, Instalações Sanitárias e Cais Coberto na Estação Ferroviária de Águeda, na Linha do Vouga, a celebrar entre a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Águeda;-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Este assunto acho que é um ótimo trabalho que nós trazemos aqui, uma vez mais fruto de uma colaboração entre o Município e o IP.-----

----- A zona da estação, todos nós nos lembramos que tem sido assim um sítio menos cuidado de Águeda, desde há muitas décadas, e entendemos por bem, muitos projetos se desenharam para o local, queria-vos até dizer, que nós, exatamente hoje, vinte e cinco de fevereiro, foi publicado no Diário da República a abertura de mais um concurso público, desta feita para a requalificação do largo da estação ferroviária de Águeda, que vai abranger aqueles terrenos que já estão escavados, e que nos foram cedidos pelo IP, para que ali possamos desenvolver todo um projeto e animarmos aquela área da nossa estação e que quer queiramos, quer não, é um ponto de entrada.-----

----- O que aqui vos trago também hoje é, no fundo, a aprovação desta minuta, para um contrato de subconcessão para o uso privativo do edifício da estação e depois cuidarmos também de toda aquela área da acomodação e onde recebemos os passageiros que vêm por comboio.-----

----- Naturalmente que há um valor unitário para este contrato que afinal depois acaba por ser integralmente satisfeito com aquilo que afinal de contas nós já vamos fazendo, desde alguns meses que vamos cuidando da estação, nomeadamente em termos de limpeza, para que efetivamente pudéssemos ter ali outro tipo de aspeto para quem nos visita.-----

----- Tive oportunidade de a ainda há pouco tempo lá ter estado e, aliás dizer-vos que amanhã que iremos ter de novo o comboio histórico e numa altura que a nossa estação recebe, acho e aproveito aqui para o dizer porque é importante, a estação de Águeda tem vinte e dois comboios por dia e era importante que todos nós percebêssemos, porque às vezes parece que temos qualquer coisa que não funciona muito bem entre Águeda e Aveiro em termos de comboio, aparece até nomeadamente em algumas alturas, em algumas instâncias de pessoas a pedirem mais comboios e mais comboios, penso que as pessoas não têm noção e não olham para os horários porque são vinte e dois comboios.-----

----- Já agora uma nota porque também é importante para muitos aguedenses, a viagem entre a estação de Águeda e a estação de Aveiro demora meia hora, e às vezes, diria que na maior parte do tempo, enquanto não fizermos o eixo rodoviário Aveiro /Águeda, diria que nós não conseguimos fazer mais rápido de carro, portanto acho que é uma ótima ferramenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para muitas pessoas este comboio, portanto é isto, vamos ficar, no fundo, com esta subconcessão do edifício e da estação também, à exceção de uma pequena área que está a ser ocupada com alojamento das guardas de passagem de nível aqui da nossa zona, portanto aí o IP ainda tem essa utilização, que é no primeiro andar, e é a única coisa que vai ficar de fora da concessão, o resto do edifício a Câmara vai tomar conta dele, digamos assim, e cuidar.”-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo** – Independente -----

----- “Senhor Presidente aqui, relativamente a este ponto três ponto três, de que estamos a falar, pode ler-se na proposta da Câmara Municipal que há uma intenção por parte da Câmara de requalificação do edifício, para implementação de serviços, já há alguma ideia do que é que se pensa fazer lá? Ou trata-se apenas e só de tentar aproveitar esta oportunidade associada à requalificação da zona, e fazer bem feitorias no edifício para que fique também bonito e à posterior se faça lá alguma coisa? Esta uma das perguntas. -----

----- A segunda pergunta é: existia um projeto antigo com intenção de na rua paralela à estação, abrir arruamento que iria criar um acesso a Paredes e à zona de Vale d’ Erva, queria tentar perceber se isto ainda está em cima da mesa? Se por ventura caiu por terra?---

----- E ainda relacionado com esta situação e com esta boa relação que existe entre o Município e o IP – Património, alertar que temos também a situação da estação da Mourisca que, à semelhança da utilização dos comboios que é feito aqui na estação de Águeda, julgo que é de inteira justiça, já se sabe que Roma e Pavia não se faz num dia, mas julgo que é de inteira justiça este Executivo procurar uma solução condigna para aquele espaço, o espaço da estação em si e toda a zona envolvente que depois acaba por ser também utilizada para outros fins, menos adequados para aquela zona.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Deputado o que tenho a dizer relativamente a essa matéria é o seguinte: o projeto que nós temos neste momento em concurso, que tal como disse, saiu exatamente hoje, no Diário da República a publicação, prevê uma ligação à zona da EN1, mas pedonal, para agora, porque efetivamente desapareceu a ideia de fazermos aquela ligação para Paredes, já não está inclusivamente nos instrumentos gestão territorial que nós temos, essa ligação já não está, mas utilizando os terrenos que são propriedade do IP e que nos foram cedidos anteriormente, vamos aproveitar apara fazer isso.-----

----- Relativamente à obra, vai-se cingir ao espaço envolvente à estação, portanto a zona fronteira e ali aquelas ruas ali muito perto, e o edifício naturalmente temos algumas ideias, mas vamos passar isso para projeto, para depois vermos exatamente o que vamos fazer, mas indiscutivelmente a questão da parte do edifício que vai ficar vocacionada para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

recepção dos passageiros, vai ser trabalhada no sentido de ser um agradável cartão de visita para quem chega a Águeda, aliás a exemplo daquilo que nós já fomos fazendo, que está lá nas paredes, aqueles azulejos lindíssimos que tornam a nossa estação ainda mais bonita.---

---- A Mourisca, diria que o edifício está muito, muito degradado, relativamente à questão da estação, nós temos um projeto e estamos a trabalhar nisso, no sentido de retirar daquele local o ponto de paragem do comboio na Mourisca, e o que é que nós temos que fazer? Nós temos um projeto, aliás apresenta-mo-lo ao IP e à CP, porque entendemos que precisamos de sentir, no fundo, as necessidades da população, e uma das coisas que nós percebemos e que por exemplo, o que posso dizer é que está previsto fazermos um apeadeiro na zona do centro de saúde e na escola Adolfo Portela, às vezes esquecemo-nos que a linha passa a cem metros, portanto poderia ser, e vai ser com toda a certeza, porque a ideia está a ser aprovada pelo IP e pela CP, um ponto de paragem do comboio em que a Câmara será parceira a ajudar a resolver estas questões e foi parceira a apontar as soluções para tudo isto.-----

----Também a zona de Alagoa precisa indiscutivelmente de uma paragem, mas por exemplo na Mourisca, acho que, se nós percebermos a vivência daquilo que é a vila da Mourisca, nós devíamos levar, e o nosso projeto aponta para isso, levar o apeadeiro do comboio para a zona do Teatro, está ali um estacionamento franco, uma zona onde é possível fazer, aliás temos partilhado com o Senhor Presidente da Junta essa intenção e naturalmente que estamos todos de acordo porque é uma ótima solução.-----

---- O edifício da Mourisca é um problema e portanto se nós não encontrar-mos alguém interessado, diríamos, porque era a solução mais fácil, em desenvolver ali qualquer coisa que levasse à recuperação do edifício, é perfeitamente notório que o Município não pode abarcar tudo e não se pode responsabilizar por todo o património, porque não pode ser, vamos ver, mas estamos no terreno também a tentar encontrar soluções para a estação da Mourisca, porque efetivamente, neste momento, as paredes e as portas está tudo emparedado e não é essa a imagem que nós queremos para a nossa terra.”-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Minuta do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Parte do Edifício de Passageiros, Instalações Sanitárias e Cais Coberto na Estação Ferroviária de Águeda, na Linha do Vouga, a celebrar entre a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Águeda.-----

---- **3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Minuta do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo dos Bens do Domínio Público Ferroviário Integrantes do Ramal de Viseu, entre o Km 64,000 e o Km 65,577, a celebrar entre A IP Património e o Município de Águeda;-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente, é algo semelhante, mas aqui tem que ver com o espaço canal da linha no ramal de Viseu, naquela parte que é ainda território de Águeda, esta proposta vem aqui agora porque nós lançamos a empreitada inclusivamente daquela candidatura que temos com o “Valorizar” que envolve exatamente Águeda e Albergaria e curiosamente nos instrumentos de gestão territorial em termos de cartografia nacionais, os perímetros dos municípios estão pura e simplesmente mal marcados, e então era-nos atribuído uma área para este efeito que pertence ao concelho de Albergaria e naturalmente o concelho de Albergaria é nosso parceiro também nesta construção da linha e tivemos naturalmente que estar a afinar tudo isto com o IP para que, e é isto que vem aqui neste momento, nós sejamos responsáveis por aquela parte que efetivamente é do nosso território, e o concelho de Albergaria que tem cerca de oitocentos e cinquenta metros, entre nós e Sever do Vouga, fique responsável por aquela parte que diz e que é concelho indiscutivelmente de Albergaria, e ainda é tão notório, tão certo, tão certeza absoluta que se trata do lugar da Foz, concelho de Albergaria a Velha, sem dúvida nenhuma, portanto queria-vos dizer que do ponto de vista da cartografia, agora está tudo bem, portanto esta proposta que temos aqui de agora ficarmos responsáveis com esta subconcessão do espaço canal da linha, está tudo correto e é isto que vos propomos.”-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo** – Independente -----

----- “Senhor Presidente aqui, relativamente a este ponto apenas dar aqui um ponto de vista da minha interpretação, acho que o projeto é muito válido, não consigo é aqui perceber, se no ponto anterior nós vamos pagar uma renda de um edificado que, em certa medida, está no centro da cidade, aqui, por aquilo que consegui perceber, vamos pagar uma renda de trezentos e noventa euros anuais, é isso? Isto acaba por ser um valor simbólico, mas onde estou a querer chegar é o seguinte, sendo isto, portanto, Município/Estado, IP- Património, Estado, isto não seria possível um contrato de comodato, por exemplo? Porque a minha interpretação desta parceria, digamos assim, é que nós estamos a resolver um problema ao IP, se o Município não aderir aqui a este projeto, que penso que tem por objetivo final ligar Águeda, Albergaria, Sever do Vouga até S. Pedro do Sul e até Viseu, nós acabamos por estar aqui a reduzir despesas e a reduzir problemas ao próprio IP, nomeadamente as limpezas, as quais agora estão obrigatórias, por causa das faixas de contenção e dos afastamentos das árvores desta linha.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Nesta medida, queria tentar perceber se isto é mesmo obrigatório, se foi uma resistência por parte do próprio IP? Porque trezentos e qualquer coisa euros, quer dizer isto..., se ainda ao menos fosse para a luz, mas lá também não tem luz, não é por aí.-----

----- E se em tempos temos que criticar se as coisas não estão bem, penso que também temos que elogiar quando os problemas são resolvidos, recordo-me ter enviado sms ou ter ligado ao Senhor Presidente da Câmara, já há alguns anos, por acusa de uma curva apertada que havia na Nacional16, onde habitualmente havia muitos acidentes de viação, que numa fase provisória foram lá colocados sinais de trânsito, que reduziu a sinistralidade e agora foi resolvido o problema de vez, e portanto, nessa perspetiva, parabéns pela iniciativa.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Só para esclarecer que o contrato tem que ter um valor, e o IP, volto a dizer, é um Instituto Público, também essa é uma das razões porque depois não é completamente assim, há a questão da forma jurídica do que é efetivamente o IP, versus Estado, e o contrato tem que ter valor, mas depois na alínea sete, tanto nesta como a da estação, diz o seguinte: *“na contrapartida mencionada na clausula”* que é esse valor *“ será substituída por um pagamento em espécie mediante a realização por conta e risco do Município dos trabalhos de manutenção, conservação e limpeza e desmatação”* curiosamente nós já vamos fazendo isto tudo, tal e qual aqui e lá, percebem? É exatamente isso, efetivamente o contrato tem este valor, porque tinha que ter valor para se poder fazer este contrato de subconcessão, mas depois, claramente no mesmo contrato diz que é substituído exatamente por aquilo que já não havia mais quem fizesse e tem sido o Município a assegurar.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “É uma questão que tem a ver com esta, mas não tem forçosamente a ver, é um pequeno à parte.-----

----- Senhor Presidente, quem conhece o projeto da ecopista do Vouga, existe um projeto com ligação a Viseu, posteriormente retorno, Santa Comba Dão. Não consigo deixar de pensar na potencialidade, pode parecer utópico, mas deixo-lhe o desafio, o potencial de termos Águeda ligada por uma ecopista diretamente a Viseu, não uma ciclovia, como aquilo que nós conhecemos por aí, mas uma ecopista verdadeira, uma via ciclável que nos permita chegar a Viseu, para quem tiver pernas, obviamente, em pouco mais de uma hora, portanto vejo enormes potencialidades e lanço-lhe este desafio, porque acho que seria extremamente interessante para o nosso Município podermos ter uma via de ligação ciclável a Viseu.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Minuta do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo dos Bens do Domínio Público Ferroviário Integrantes do Ramal de Viseu, entre o Km 64,000 e o Km 65,577, a celebrar entre A IP Património e o Município de Águeda.-----

----- **3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 1ª Alteração à Revisão e Ampliação do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão – Águeda;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “ Trata-se da apreciação e votação da proposta da Câmara para aprovação da primeira alteração à revisão e ampliação do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão.-

----- As alterações propostas, só para esclarecer, porque por vezes este documento é relativamente extenso, tem em vista adequar o Plano Pormenor do PEC à realidade atual face à experiência com a execução do Plano, desde que foi aprovada a sua revisão e ampliação em 2017, bem como às imposições do título único ambiental da segunda fase do PEC.-----

----- A atualização da referencia legal dos conselhos técnicos nos domínios do ordenamento do território do urbanismo cumpre a missão para a legislação em vigor, portanto é aqui feita, deixar claro que nas parcelas de comércio e/ou serviços e Centro de Inovação e Tecnologia a área do polígono de implantação máximo coincide com a área da parcela, alínea a), número dois, do artigo décimo, a possibilidade da criação de edifícios afetos a portarias fora do polígono máximo de implantação dos edifícios e constituindo-se estas estruturas fundamentais no *layout* de circulação e seguranças das empresas, nomeadamente projetos de maior dimensão, estas estruturas não poderão ter uma área de construção superior a zero virgula cinco por cento da área da parcela, e possuírem apenas um piso e terá que ser garantida uma área de circulação de três metros relativamente à construção principal. -----

----- É criada também a possibilidade de as coberturas nas zonas de abastecimento de combustíveis poderem ultrapassar o polígono de implantação máximo, definido na planta de implantação, devendo ser vazadas e permitir a circulação de veículos de emergência sobre as mesmas.-----

----- Temos ainda aqui, no que diz respeito aos postos de transformação, é alterado o artigo vigésimo, no sentido de permitir a sua instalação fora da área da implantação, já que esta é uma obrigatoriedade da E-Redes.-----

----- Colocação da restrição de plantação de áreas relvadas que não podem ser superiores a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cinco por cento da área da parcela, e obrigatoriedade de instalação de separadores de hidrocarbonetos nas parcelas onde tal se verifique necessário e antes da rejeição de águas pluviais para a rede pública. Isto é uma imposição da TUA, nomeadamente a questão da diminuição das áreas relvadas.-----

----- Para consolidar os critérios e condicionantes da compatibilidade entre os projetos existentes e os novos projetos que possam surgir, não colocando em causa a atividade das empresas já instaladas, é acrescentada a possibilidade de a Câmara exigir a elaboração de estudos técnicos específicos e/ou comprovação do cumprimento de legislação perante a apresentação de determinados projetos.-----

----- É efetuada também adequação do prazo de execução da revisão e ampliação do Plano de Pormenor do PEC, face às condicionantes associadas à pandemia por COVID-19.-----

----- A discussão pública deste documento decorreu de cinco de janeiro a um de fevereiro e não houve nenhuma participação.-----

----- O parecer da CCDR Centro e da APA, já foi emitido, pelo que está em conformidade legal, e pode ser aprovado independentemente de qualquer questão que se possa levantar, porque está já aprovado pelas duas entidades que o têm que aprovar.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “Gostei de ouvir aquilo que disse e em relação aquilo que falamos em Assembleia anterior, sobre a preocupação em termos indústrias no Parque Empresarial do Casarão, ECO - viradas para o ambiente.-----

----- Os riscos à saúde humana referem que as fundições encontram-se picos de concentração de elementos químicos potencialmente tóxicos como chumbo, níquel e crómio até cem vezes maiores do que as concentrações médias estabelecidas por órgãos ambientais, a exposição contínua de poluentes atmosféricos gerados pelo processamento e fundição de metais é conhecida por causar doenças crónicas e esta exposição imediata causa irritação nos olhos, nariz e garganta, ao longo do prazo provoca problemas cardíacos e pulmonares e eventualmente morte prematura.-----

----- O envenenamento por chumbo em crianças causa danos mentais e físicos.-----

----- Desta forma pergunto e perguntei anteriormente também e não me foi respondido, se a Câmara tem efetuado análise às águas do rio Alfusqueiro? Dado que temos uma fundição bem junto ao rio no Parque Empresarial do Casarão, dado que as fundições emitem metais pesados para a atmosfera e depois são depositados no solo e, neste caso no rio, e que vão contaminar culturas que são a base de alimentação de muitos aguedenses.-----

----- Desta forma proponho também que seja elaborado um programa de monitorização e análise de águas para que possa ser avaliada a emissão destas emissões e o depósito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

destes metais pesados no rio.-----

---- Aproveitando, porque não pude falar na altura, e segundo o SIR e o n.º 7 do artigo 12º., do Decreto-Lei 73/2015, refere, *“Cabe ao Presidente da Câmara Municipal exercer as competências atribuídas às câmaras municipais, nos termos do SIR, podendo as mesmas ser delegadas nos vereadores, com facilidade de subdelegação, ou nos dirigentes dos serviços municipais”*, no mesmo artigo, no n.º 2, do mesmo Decreto-Lei refere, *“Compete à Câmara Municipal territorialmente competente, quando as mesmas sejam entidade coordenadora, a instrução de processos de contra-ordenação por infração ao disposto no SIR, e aos seus presidentes e aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias.”*-----

---- O PDM refere que, *“qualquer indústria que se consideram em geral usos compatíveis com uso dominante e que de forma aceitável não dê lugar à produção de fumos, cheiros ou resíduos que agravam as condições de salubridade ou dificultem a sua melhoria, não constituam um fator de risco para a integridade das pessoas e bens, incluído o risco de explosão, incêndio ou de toxicidade, não configurem intervenções que contribuam para a descaraterização ambiental ou para a desqualificação estética da envolvente, não prejudiquem a salvaguarda a valorização onde o património classificado ou de reconhecido valor cultural, arquitetónico, arqueológico, paisagístico ou ambiental”*. Estou a falar não só no Parque do Casarão, mas também no que está a afetar a população do Casarão que tem sofrido, sei que têm sido feitas muitas queixas e foi bom ouvir os pareceres destas entidades que foi aqui descrito pelo Senhor Presidente, mas compete ao Senhor Presidente aplicar a lei, está bem explícito no âmbito do SIR.-----

---- Gostava de terminar esta minha intervenção com uma frase de Albert Einstein, *“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que o observam e deixam o mal acontecer.”*-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

---- *“A única coisa que queria era tranquilizar o Deputado António Mascarenhas, nós estamos a falar do Parque Empresarial do Casarão e tem um título de autorização de Impacto Ambiental, portanto no âmbito do estudo do impacto ambiental, e tem esse título de autorização ambiental, que lhe cria um conjunto de obrigações, que nós estamos a cumprir escrupulosamente e que vão desde quê? Desde a monitorização, e quando estamos a falar da monitorização é mesmo falar em monitorização sistematizada da qualidade do ar e da qualidade da água, das águas residuais nomeadamente, portanto depois chegamos ao cumulo de várias vezes por ano fazermos, note, inclusivamente, as questões das infiltrações do solo, diria que, gostaríamos muito, muito que todos os parques empresariais fossem assim, e que as próprias zonas industriais do nosso concelho tivessem sido assim*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

infraestruturadas no passado, mas todos nós sabemos que não, que não foram assim, embora o Parque indiscutivelmente cumpre todas estas coisas é um eco parque.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou **aprovar por maioria**, com duas abstenções do Grupo Municipal do CDS, a proposta da Câmara Municipal para a 1ª Alteração à Revisão e Ampliação do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão – Águeda;-----

----- **3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Preço de Venda de Lotes no Parque Empresarial do Casarão – Águeda;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente, de acordo com o Regimento recentemente aprovado aqui pela nossa Assembleia, trata-se de propor à Assembleia Municipal a definição do preço por metro quadrado dos lotes do Parque Empresarial do Casarão.-----

----- No artigo 6º. do Regulamento consta expressamente que o valor da infraestruturção é o valor por metro quadrado de aquisição dos terrenos, somado ao valor por metro quadrado das infraestruturas edificadas, calculado de acordo com a formula que lá está perfeitamente definida. Temos naturalmente esse valor, que nos dá um custo de infraestruturção de catorze ponto zero seis e portanto permite-nos perfeitamente manter o preço que até aqui vinha a ser aprovado todos os anos por esta Assembleia Municipal de quinze euros o metro quadrado, que é o preço que nós propomos que passe a vigorar de acordo com o novo Regulamento.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Senhor Presidente da Câmara, queria fazer só aqui uma pergunta, relativamente aqui a este ponto, a Câmara está a propor manter aqui os quinze euros o metro quadrado, correto? Segundo os cálculos que fiz aqui, a Câmara Municipal de Águeda já vendeu e propõe-se vender, umas vezes a um euro, e no ponto a seguir, pelos vistos, a dez cêntimos, trezentos e nove mil metros quadrados do Parque Empresarial do Casarão.-----

----- O Parque Empresarial do Casarão, se não estou enganado, a primeira fase tem setecentos e sessenta e seis mil cento e oitenta e cinco metros quadrados, correto? É o que está aqui no seu documento, no ponto um, diz valor de aquisição de terrenos três milhões quatrocentos e setenta mil, depois em baixo diz, setecentos e sessenta e seis, a venda a um euro e menos do que isso corresponde a quarenta por cento do total desta área, aquilo que propunha aqui era que o Senhor Presidente aceitasse reduzir o preço de quinze euros em quarenta por cento de venda, porque isto manifestamente é uma injustiça para com as outras empresas que se querem instalar no Parque Empresarial do Casarão, de uma área



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de setecentos mil metros quadrados, já foi vendido a um euro e prepara-se para ser vendido a menos de um euro, quase metade do Parque Empresarial do Casarão, porque é que não fazem uma redução ao preço de venda para as restantes empresas?-----

----- Isto era uma proposta que eu punha porque parece-me manifestamente injusto, mas depois tenho outras questões para pôr no ponto seguinte, que depois aproveitaria.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Naturalmente que quanto mais barato nós conseguíssemos vender mais competitivos, “entre aspas”, seríamos, mas o que é certo é que as contas não são lineares e não é assim.-

----- Primeiro, porque indiscutivelmente, e até o próprio regulamento diz que nós não podemos vender abaixo do custo de infraestruturação.-----

----- Nós temos no Parque Empresarial do Casarão, várias situações em termos dos custos de cedência dos lotes, nós temos, por exemplo, a Sakthi que foi vendido por um euro efetivamente, e é uma área extensa, duzentos e qualquer coisa mil metros, nós temos algumas empresas que têm cedência do direito de superfície, que nós depois abolimos agora aqui essa possibilidade, neste novo regulamento, mas ele existiu e existem empresas que pagam um euro por ano, durante uma série de anos, mas atenção, temos outras coisas, mas depois também temos arruamentos e outras questões que não serão para vender, o custo, por metro quadrado, de infraestruturação está aqui definido e é catorze ponto zero seis, portanto abaixo deste preço não seria possível nós atribuímos e definirmos como preço, preço normal de venda, portanto este que nós estamos aqui a definir, é o preço normal de venda, o ponto a seguir, o que vem aí, não vale a pena entrarmos lá, é outra coisa e por outras circunstâncias e que estão perfeitamente instituídas na proposta que nós trazemos, portanto aqui estamos a definir o quê? O preço do metro quadrado normal par qualquer empresa que naturalmente mostre intenção de vir para o nosso Parque.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Suponho então que as empresas a quem foi vendido o terreno a um euro, tem um interesse municipal, certo? Essa avaliação de interesse municipal é feita como? Em que critérios?-----

----- É que eu, pessoalmente, não acho justo vender cinquenta por cento de um Parque Empresarial a três empresas a um euro ou a menos do que isso, e as outras empresas que se querem implementar no Parque Empresarial, têm que pagar quinze euros o metro quadrado, manifestamente parece-me uma injustiça, por isso é que aquilo que estou a referir é, se houve uma venda de quarenta por cento dos terrenos abaixo do preço que está estipulado de custo, até porque em relação ao preço de custo, nas contas da Câmara aparecem catorze euros, mas antigamente falava-se em vinte e três, foi a informação que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

me passaram, porque não estava dentro destes assuntos de antigamente, tenho aqui umas contas simples, os terrenos vendidos geraram uma receita de duzentos e noventa e quatro mil euros, quando deviam gerar quatro milhões seiscentos e trinta e cinco mil, se fosse uma empresa normal a ir comprá-los.-----

----- Acho que é justo para o resto do tecido empresarial em Águeda, aquele que não tem capacidade financeira para apresentar grandes projetos, nem grandes aglomerados de empresas a concorrer e ter estes benefícios todos, que depois, algumas promessas feitas por algumas empresas a que o custo foi de um euro e menos, menos não porque ainda não está decidido, deixa um bocadinho a desejar, porque não sei se já conseguiram avaliar qual foi o impacto da maior empresa que está sediada no Parque do Casarão, em termos de postos de trabalho, de receitas para a Câmara Municipal, tudo isto tem que ser avaliado um projeto, quando as pessoas apresentam um projeto e avaliam uma candidatura que ser avaliado, não sei se já foi, se já não foi, quer-me parecer que a maior que lá está não teve o retorno, se calhar, que devia ter tido e prometeu, na altura, toda a gente sabe que passamos grandes dificuldades, mas parece-me que não é assim, acho que era justo fazer aqui uma redistribuição do preço de venda em baixa, para o restante dos lotes que estão disponíveis e para as empresas de Águeda que também estão com dificuldades e que não têm acesso a crédito como têm as grandes, poderem adquirir os terrenos, já não estou a falar da parte do “arrendamento” a um euro, mas acho que era justo.”-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Vou tentar esclarecer o Mauro e alguém que tenha alguma dúvida.-----

----- No anterior regulamento, o preço que estava instituído era vinte e cinco euros o metro quadrado, em momento nenhum a Câmara vendeu nenhum metro quadrado a vinte e cinco euros, porquê? Porque em todos os anos, de acordo com o regulamento, trazia à Assembleia uma proposta para que fosse a quinze, depois esta Assembleia, com outros elementos, mas esta Assembleia Municipal deliberou o interesse público dessas entidades que tiveram desconto, que é exatamente aquilo que nós iremos fazer a seguir e que depois se percebe, todos os outros que esta Assembleia não reconheça o tal interesse público, o preço é a quinze euros o metro quadrado.-----

----- Até aqui ainda tínhamos outra forma, que era o tal direito de superfície, que era o direito de superfície que não conferia a posse plena do terreno, mas isso tornou-se problemático para um conjunto de empresas que depois precisavam de financiamento e como toda a gente percebe, resultavam daí sérias questões.-----

----- O que é que nós temos aqui? Estamos a definir o preço do metro quadrado para uma qualquer empresa onde não se ponha sequer a questão de ser considerado investimento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

interesse público, é essa a questão, e é isto que nós estamos a fazer, atenção, este preço é rigorosamente idêntico ao preço de sempre que foi exercido, sempre desde o início do Parque, porquê? Porque o preço que existia a vinte e cinco euros, foi sempre aprovado pela Assembleia Municipal uma descida desse preço em todos os anos.-----

----- É isto e são coisas completamente distintas.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia **aprovou por maioria**, com seis abstenções do Grupo Municipal do PS, a proposta da Câmara Municipal para Preço de Venda de Lotes no Parque Empresarial do Casarão-Águeda.-----

----- **3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para declaração de interesse público e definição de preços de venda de lotes do Parque Empresarial do Casarão para instalação do Centro de Tecnologia e Inovação/Abimota;**-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

---- “A ABIMOTA procurou o Município para que naturalmente se constituísse de alguma forma parceiro e inequivocamente apoiasse aquilo que nós consideramos uma grande mais valia para o nosso concelho, esse Centro de Tecnologia e Inovação, naturalmente que tem um conceito e um modelo organizacional que vem beneficiar muito as indústrias de Águeda, nomeadamente o Parque Empresarial do Casarão.-----

---- Enquanto organismo de investigação fornecerá o desenvolvimento e divulgação de novos e inovadores materiais, produtos e modelos organizacionais, fortalecendo este setor mormente as empresas de Águeda, no investimento que se estime superior a vinte milhões de euros, ao qual acresce ainda a criação de emprego qualificado direto que se estima em vinte colaboradores a três anos.-----

---- Contudo, o maior impacto do Centro de Tecnologia e Inovação, não será a criação da estrutura em si, mas o impacto que a mesma irá gerar de forma direta e indireta nas empresas associadas, com o desenvolvimento dos seus produtos, o que obviamente irá contribuir para o seu crescimento em termos de cota do mercado, assim com o conduzir ao aumento do volume de exportações e ao aumento de postos de trabalho diretos e indiretos no concelho para além do resto do país.-----

---- Coloca-se então esta questão da cedência de um terreno para a construção deste Centro de Tecnologia e Inovação, que a ABIMOTA se propõe construir nos lotes sessenta e quatro a sessenta e oito do Parque Empresarial do Casarão.-----

---- Trata-se de uma candidatura feita, como disse, ao PRR, nomeadamente às Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, e muito sinceramente, temos o desejo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

indiscutível e claro de que esta candidatura venha a ser bem sucedida no final deste concurso que está aberto.-----

----- Para tal, precisamos de uma forma inequívoca, estabelecer este apoio a esta pretensão de construção deste Centro de Tecnologia e Inovação e a Câmara vem aqui com uma proposta que quer dizer exatamente isso. Nós queremos apoiar e queremos que este Centro de Tecnologia e Inovação venha efetivamente a ser construído em Águeda, para isso, o preço destes dezasseis mil trezentos e quarenta e três metros quadrados. -----

----- Primeiro, desculpem que já estava a ir muito rápido, é imperativo que esta Assembleia Municipal declare de interesse municipal este empreendimento, portanto penso que todas as razões plausíveis que devemos ter em conta, estão perfeitamente expostas na proposta que foi presente ao Executivo e que é presente também a esta Assembleia Municipal, depois a área total dos lotes são dezasseis mil trezentos e quarenta e três metros quadrados, que nos propomos vender e porque temos que vender exatamente à ABIMOTA, por um preço simbólico, e apenas simbólico, de dez cêntimos o metro quadrado, isto representa um apoio claro e inequívoco de qualquer coisa como, duzentos e quarenta e três mil quinhentos e dez euros e setenta cêntimos.-----

----- Nota, e que precisamos de ter muito clara nesta votação, o que nós propomos à Assembleia Municipal, é que declare o Centro de Tecnologia e Inovação como uma iniciativa de interesse público, ao abrigo do constante nas alíneas a), b) e c) do artigo oitavo, do regulamento do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão.-----

----- Definir o valor de dez cêntimos o metro quadrado, para a venda dos lotes sessenta e quatro a sessenta e oito do PEC, ao abrigo do previsto no artigo décimo terceiro do regulamento municipal do PEC Águeda, o preço proposto consubstancia-se no facto de se prever que o projeto venha a ter o impacto muito significativo no setor estrutural do concelho de Águeda, sendo que as suas externalidades positivas irão muito além da criação do próprio Centro e poderão conduzir a um crescimento significativo do tecido empresarial associado às duas e quatro rodas.-----

----- Definir também que o valor da venda deliberado, apenas se aplica à criação do Centro de Tecnologia e Inovação pela ABIMOTA ou pela entidade que esta vier a indicar como sendo responsável, ao abrigo da candidatura em apreço, pela criação, implementação e gestão do Centro de Tecnologia e Inovação, e que a deliberação ora tomada será objeto de reapreciação pela Assembleia Municipal para efeitos de confirmação da decisão, mediante confrontação dos elementos estatutários e da caracterização da atividade da entidade constituída para gerir o CTI, de forma a verificar se o auxílio a conceder se compatibiliza com o regime de auxílios de estado, previsto nos artigos 107º e 108º do Tratado sobre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Funcionamento da União Europeia e demais legislação concretizante.-----
---- Definir ainda que, caso o projeto do CTI não venha a ser implementado de acordo com os princípios e objetivos definidos nos elementos anexos e se desvie dos seus objetivos, o apoio conferido em termos de valor de venda, seja devolvido à autarquia pela ABIMOTA ou pela entidade que esta venha a constituir para o efeito.-----
---- É esta a proposta em causa.”-----
---- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----
---- “Senhor Presidente da Câmara muito obrigado por nos recordar a proposta que devíamos todos ter lido em casa, e o Senhor faz o favor de nos repetir a proposta que nós todos temos obrigação de conhecer. Claro que, muitas vezes, é necessário, em determinadas propostas pormenorizar aquilo que estamos a apreciar, mas não será certamente em todas, no entanto volto a agradecer-lhe, é sempre bom recordar.-----
---- O Grupo Municipal do CDS está a favor do apoio a este investimento, mas temos divergências no que respeita, em primeiro lugar ao preço, e depois à formulação da própria proposta.-----
---- Nos termos da lei e do regimento, a Assembleia pode alterar estas propostas, vou dizer exatamente aquilo em que discordamos e aquilo que propomos que seja alterado.-----
---- Em primeiro lugar, há três itens para a classificação do interesse público municipal a considerar, e um deles tem a ver com a quantidade de postos de trabalho a criar, vinte postos de trabalho, mesmo que muito qualificados, não preenchem o critério da alínea c), ou não devem preencher no nosso critério, se quiserem, aquilo que se prevê em termos de grande criação de postos de trabalho.-----
---- Este projeto de investimento preenche o critério de ter um valor superior a cinco milhões de euros, preenche claramente o critério que tem a ver com o valor do projeto em si, que é o que espelha a alínea b), salvo erro, não preenche, a nosso ver, o da alínea c). A proposta diz que preenche e nós entendemos que isso deveria ser retirado, porque claramente vinte postos de trabalho são de facto um contributo muito importante e se for um grupo de trabalhadores qualificados então melhor, mas a verdade é esta, se nós estamos a atribuir o interesse público municipal com base na criação de vinte postos de trabalho, qualquer outra empresa, independentemente do valor da sua proposta ou do valor do investimento, se pode candidatar a esta declaração de interesse público municipal criando vinte postos de trabalho, não nos parece correto, mas não vamos insistir, não é por aí que vamos.-----
---- A ABIMOTA pediu que lhe fosse feito um preço especial, nos casos anteriores, nomeadamente da Triangle's, nomeadamente também da Sakthi, e é bom recordar que quando a Sakthi fez a sua candidatura a terrenos, eles não estavam inseridos no Parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Empresarial do Casarão, eram terrenos que não estavam no Parque Empresarial, foi-lhes feito um preço especial de um euro por metro quadrado, a ABIMOTA, aliás o consórcio, pede um desconto de cinquenta por cento a este desconto já elevado que tinha sido feito, e a Câmara Municipal diz “ *Não senhor, cinquenta cêntimos não, nós vendemos, só vendemos se vocês pagarem dez cêntimos*”, isto não faz sentido nenhum. Se a ABIMOTA tivesse pedido dez cêntimos, eventualmente até se poderia considerar uma redução que dez vezes superior aquelas que foram feitas para a Sakthi e aquela que foi feita para a Triangle’s, por exemplo, mas não é isso que a ABIMOTA pede, e estamos a falar de uma instituição que é responsável, tem uma postura responsável, sabe muito bem o que quer e sabe o que deve pedir, pediu que o valor do terreno fosse cinquenta cêntimos por metro quadrado, deve ser dado cinquenta cêntimos por metro quadrado se esta Assembleia o entender.-----

----- Outra questão tem a ver com a redação da própria forma como está, o Senhor Presidente referiu o apoio, o regulamento do Parque Empresarial do Casarão não refere apoios, aliás o próprio regulamento, ficou instituído, que remeteria para regulamentos municipais de apoios ao investimento que entretanto, foi uma formulação que foi alterada, até por sugestão dada pela própria ABIMOTA, segundo me parece, o que aquilo permite fazer é uma redução percentual ao preço, ora o que nós temos aí chapado é o valor do preço, devíamos ter para cumprir um regulamento que aprovamos há uma sessão, devíamos ter a redução percentual, parece um preciosismo, mas faz..., há um bocado falava da forma como nós vamos aldrabando os procedimentos, aldrabando não no sentido de os falsear, mas passar por cima daquilo que está instituído quase por sistema, nós, na última sessão ordinária desta Assembleia, aprovamos o novo regulamento do Parque Empresarial do Casarão, pois a primeira coisa que fazemos quando há uma coisa que nos remete para uma disposição especial desse regulamento é arranjar forma de escrever, de forma a não cumprir aquilo que lá está preceituado.-----

----- Depois, o ponto quatro tem uma redação demasiado confusa quando aquilo que se pretende, por aquilo que percebo, é que no caso de não ser concretizado o projeto que está previsto, a ABIMOTA, ou quem, em nome dela, vier a ser responsável pelo projeto devolva a diferença para os quinze euros por metro quadrado, ora se é isto, deve ser claramente explícito que é isto.-----

----- Já agora, chamo a atenção de uma coisa, o Senhor Presidente da Câmara tem razão, o preço normal de venda dos terrenos no Parque Empresarial do Casarão, tem sido quinze euros por metro quadrado, sucessivamente, todos os anos, sem atualização pela evolução dos preços no consumidor, ou seja, todos os anos que a Assembleia Municipal aqui aprovou um valor de quinze euros por metro quadrado, estava efetivamente a fazer um desconto ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

valor real do ano anterior, porque não estava a considerar a evolução dos preços ao consumidor, nós estamos aqui a praticar um valor inferior aquele que foi determinado há oito anos, há sete anos, há seis anos, há cinco anos, há quatro anos e por aí adiante, no ano passado não, porque tanto quanto sei não se pôs a questão.-----

----- Resumindo, ainda falta mais uma questão, é que nós não encontramos nenhuma referência à obrigatoriedade de em tudo o resto a ABIMOTA ou a entidade que por ela vier a ser indicada como sendo responsável, ter a obrigação de em tudo o resto que aqui não está determinado cumprir integralmente o regulamento municipal do Parque Empresarial do Casarão.-----

----- Senhor Presidente, este projeto tem valor, na nossa opinião, merece a declaração do interesse público municipal, isso que fique aqui inequívoco, mas nós gostaríamos de ver o texto melhorado e a declaração de preço alterada, portanto íamos deixar uma proposta de alteração, que se o Senhor Presidente da Assembleia permitir passo imediatamente a ler, sendo ela aprovada constaria então como condição de aceitação da proposta, o que é bastante cómodo até porque esta questão terá de voltar à Assembleia para uma aprovação final, segundo os próprios termos da proposta que nos é remetida.-----

----- Diz assim: -----

----- “Proposta de alteração – Ao abrigo do disposto na alínea b), do artigo quarto, do Regimento da Assembleia Municipal de Águeda, o Grupo Municipal do CDS vem apresentar uma proposta de alteração ao texto da proposta número oitenta e seis barra 2022, aprovada pela Câmara Municipal, referente à declaração de interesse público e definição de preços de venda de lotes do Parque Empresarial do Casarão para instalação do Centro de Tecnologia e Inovação ABIMOTA, o que faz nos seguintes termos:-----

----- No texto da página seis barra sete da proposta, portanto isto é para identificar o sítio onde está o texto, no ponto dois, onde consta número dois - *“Definir o valor de dez cêntimos por metro quadrado para a venda dos lotes sessenta e quatro a sessenta e oito do PEC, ao abrigo do previsto no artigo décimo terceiro do regulamento municipal do PEC Águeda”*, deverá constar:-----

----- *“Definir uma redução de noventa e seis vírgula sessenta e sete por cento do preço da venda dos lotes sessenta e quatro a sessenta e oito do PEC, ao abrigo do previsto no artigo décimo terceiro do regulamento municipal do Parque Empresarial de Águeda, correspondente a um valor a pagar de cinquenta cêntimos por metro quadrado.”*, portanto basicamente aqui a alteração é que em vez de serem dez cêntimos, são cinquenta cêntimos que é exatamente aquilo que a ABIMOTA pede.-----

----- No ponto quarto onde consta: - *“ Definir que, caso o projeto do CTI não venha a ser*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

implementado de acordo com os princípios e objetivos definidos nos elementos anexos e se desvie dos seus objetivos, o apoio conferido em termos de valor de venda, seja devolvido à autarquia pela ABIMOTA ou pela entidade que esta vier a indicar como sendo responsável, ao abrigo da candidatura em apreço, pela criação, implementação e gestão do CTI, por deliberação da Assembleia Municipal.”, volto a dizer, este texto mesmo bem lido, não é o caso naturalmente, é confuso, ficaria então: -----

----- “Número quatro - Definir que, caso o projeto do CTI não venha a ser implementado de acordo com os princípios e objetivos definidos nos elementos anexos e se desvie dos seus objetivos, fica sem efeito a redução de preço definida no ponto anterior, devendo ser paga a totalidade do valor de venda fixado pela Assembleia Municipal, nos termos do artigo décimo segundo do regulamento municipal do PEC -Águeda, atualizado em função do índice dos preços do consumidor pela ABIMOTA, ou pela entidade que esta vier a indicar como sendo responsável, ao abrigo da candidatura em apreço, pela criação, implementação e gestão do CTI, por deliberação da Assembleia Municipal”, e ainda, no texto que consta da página sete de sete deverá constar o ponto cinco, com a seguinte redação, que é uma adenda:-----

----- “Em tudo o que não esteja previsto nos números anteriores a ABIMOTA ou a entidade que esta vier a indicar como sendo responsável, ao abrigo da candidatura em apreço, deverá obrigar-se ao cumprimento integral do regulamento municipal do PEC, aprovado na quinta sessão ordinária de 2021 da Assembleia Municipal de Águeda.”-----

----- É este o teor da proposta que deixo para consideração da Assembleia.”-----

*----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----*

----- “Senhor Presidente, agradeço muito a colaboração e a preocupação do Dr. Miguel Oliveira, mas há uma questão aqui que me deixa de alguma forma tranquilo com a proposta que estou, pedi para esta proposta ser feita e validada juridicamente, e naturalmente até por uma questão de respeito por quem a fez, não vou estar a alterar, sobretudo por supostas incorreções que me garantiram que não existem.-----

----- Mais, é indiscutível e inequívoco sobretudo pegando logo ali na questão do preço, há tanta legitimidade para baixar o preço, porque é isso que se está a tratar, e darmos o apoio, conferirmos este apoio no fundo, de quinze euros para cinquenta cêntimos, como para dez cêntimos, é a mesma coisa.-----

----- Aquilo que nós quisemos aqui afirmar com esta redução do preço, é indiscutivelmente um apoio firme inequívoco a este projeto, e que se traduz de uma forma absolutamente inquestionável, porque é indiscutível a mais valia, e quisemos-lo fazer desta forma perentória, é mesmo o nome, porque efetivamente o que custou, o que custa efetivamente ao Município é descer dos quinze euros cá para baixo, porque depois dos cinquenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cêntimos para os dez, se fizerem as contas vão ver que não tem grande relevância, portanto há uma coisa indiscutível, é um projeto que queremos abraçar, mais, se calhar, se o pudéssemos ter dado, e não pudemos, traria aqui a proposta de dar o terreno, porque é uma instituição de Águeda por um projeto que nos vem qualificar não só a ABIMOTA, mas todo o tecido empresarial sobretudo de Águeda e circundante, e mesmo do país.-----

----- Penso que é um daqueles projetos, que mais que se vem juntar aquele projeto que o Município, já submetemos, que já vimos aprovado, que já assinei o termo de aceitação, de mais de vinte milhões e que nos vem capacitar o PEC como efetivamente uma área de instalação de empresas absolutamente única aqui na nossa região, é esse o trabalho que estamos a fazer, e quando digo única, é do mais competitivo que possa haver, portanto nós queremos mesmo este CTI a juntar-se a todos estes projetos que temos em volta do nosso Parque do Casarão, ele que venha, porque mais, é PRR não é para as calendas, é para agora, estas questões todas e esta preocupação para depois, isto ou é agora ou não é, é PRR, temos que ser pragmáticos, é agora ou não é, portanto se o pudéssemos ter dado era isso que fazíamos, não pode, temos mesmo que o vender, vamos vendê-lo pela forma mais simbólica que pode ser, abdicando de estes mais de duzentos e quarenta mil euros, dando um sinal claro que estamos a apoiar indiscutivelmente este projeto.-----

----- É esta a nossa proposta.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “O Grupo Municipal do PSD/JUNTOS.MPT obviamente que é para nós um enorme orgulho quando olhamos para projetos de carácter de interesse público, obviamente que eles assumem uma importância maior e também captam mais a nossa atenção.-----

----- Percebemos perfeitamente a mensagem dos cinquenta cêntimos para os dez cêntimos, porque é uma mensagem, quando nós estamos num concelho que irá alavancar, esperemos que tudo corra bem, iremos ter uma ligação Águeda/Aveiro, temos um polo da Universidade de Aveiro em Águeda que é a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, temos um Parque Empresarial em franca expansão, quem conhece o trabalho da ABIMOTA, sabe que a ABIMOTA não é uma indústria transformadora, obviamente o princípio, não sou nenhum defensor da ABIMOTA nem tenho nenhuma procuração para o fazer, mas tem um âmbito diferente de uma indústria transformadora que venha mesmo que essa própria indústria tenha um carácter digamos, de interesse público também, no entanto, aquilo que nós estamos e que nós pudemos vir a ter em Águeda obviamente que gerará e vai gerar muito emprego indireto, irá propiciar algumas empresas de alta tecnologia também com a questão dos apoios extra que iremos ter para o Parque Empresarial do Casarão, poderemos captar outro tipo de indústria e poderemos ter outro tipo de sustentabilidade no futuro, isso para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mim, para o nosso Grupo Municipal reveste-se de enorme importância.-----

----- O preciosismo do Miguel, quando ele fala no regulamento, fala na redução percentual em função ao preço, aqui está fixo o preço que vai ser, não diz que a redução vai ser de catorze euros e noventa, aqui fixa o preço que é, portanto é um preciosismo, e no nosso entender, e tive o cuidado de falar com o Senhor Presidente no início que a proposta chegou-nos, no nosso entender a proposta está bem redigida, este assunto terá que voltar aqui, portanto iremos votar favoravelmente à proposta.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Só vinha fazer duas questões que é para ter aqui alguma noção:-----

----- O Senhor Presidente pode-me dizer quantos lotes estão disponíveis, neste momento, no Parque Empresarial do Casarão? Nem o número de metros quadrados disponível?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Neste preciso momento, completamente infraestruturado, temos ainda os da primeira fase e penso que há um lote único e é relativamente pequeno, que está disponível. Na segunda fase, e estamos com as obras de infraestruturação em franco andamento, e atenção, estes lotes já se inserem também na segunda fase e portanto têm toda existência jurídica e tudo o resto, aí ainda teremos, mas não teremos já muito, estou-vos a dizer que estamos a trabalhar já para uma terceira fase.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Queria fazer outra questão que não consegui descobrir, o Senhor Presidente sabe.-----

----- Sabe quantos postos de trabalho tem neste momento a “AAPICO”?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

-----”Mauro, permita que lhe diga uma coisa, a Sakthi quando veio para Águeda foi uma lufada de ar fresco e toda a gente percebe, eu fazia parte dessa Câmara, aliás o seu cabeça de lista às eleições, e atenção, com muito orgulho com toda a certeza para ele, trouxe essa empresa para cá e nessa altura a Assembleia Municipal que estava aqui, com os elementos que estavam aqui no momento, decidiu dessa forma, eles têm lá mais duzentos mil metros quadrados efetivamente que foram vendidos a um euro, tiveram outros apoios inclusivamente do Município e aquilo que era o projeto inicial está longe de estar cumprido, todos sabemos, mas podemos fazer o seguinte, neste contexto quer o quê? Quer que comecemos aqui alguma guerra jurídica relativamente a este processo já? É isso que propõe? “-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Não”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Então para que é que está a falar sempre nisto? Desculpem, depois sou eu que entendo mal ou se calhar começo a ser um bocadinho mais ríspido nas perguntas, não, todos nós percebemos, nós temos que ter memória, quando nós conseguimos o investimento da Sakthi, lembrem-se, nós temos que nos lembrar o que era aquilo, quando a Sakthi veio, foi um investimento e mais foi uma lufada de ar fresco que depois indiscutivelmente fez com que todas aquelas empresas viessem a seguir. Agora, nós estamos confiantes que seja possível no futuro o investimento total da Sakthi e a realização do que se lá faça se venha a aproximar daquilo que era o desejo inicial, toda a gente percebe e é fácil de perceber que no contexto mundial o que é que aconteceu, por exemplo, com a indústria automóvel e estamos a falar de uma empresa que trabalhe claramente para a indústria automóvel, mas todos acompanhamos esse processo, da minha parte também aprovei no Executivo Municipal a proposta que depois foi aprovada aqui na Assembleia, e não estou arrependido, na altura achei que foi uma coisa muito boa aquilo que nós fizemos, assim como estou neste momento absolutamente convencido que é ótimo aprovarmos esta proposta que aqui trazemos, este Centro de Tecnologia e Inovação proposto neste consórcio mais alargado pela ABIMOTA, instalar-se no nosso Parque do Casarão é uma mais valia incrível para todo o processo empresarial de Águeda, não tenho dúvidas, e mais, nós temos aqui cláusulas indiscutíveis que é para isto e não é para outra coisa.-----

----- Mauro, o resto dá-me ideia que era ótimo sermos pragmáticos e passarmos à ação.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Tire-me só aqui uma dúvida. Imagine que o projeto não é concretizado a ABIMOTA ou...tem que devolver duzentos e quarenta mil euros? E o terreno fica em nome deles na mesma? Ou devolve o terreno ou o dinheiro, é isso?”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “A bancada do PS, como é lógico, defende a instalação e defende o reconhecimento do interesse público, porque é realmente de interesse público, não em relação aquilo que se fazia no passado que é o número, já o defendi, defendi quando cá estive, saí há quatro anos, fartei-me de falar sobre isto em várias situações, inclusive na Sakthi, e disse sempre que não era importante o número de empregos, é importante é a qualidade dos empregos, sempre foi aqui a minha posição sistematicamente, e disse sempre porque deveria ser da área tecnológica, não poluente, de valor acrescentado, que é uma destas iniciativas, não são vinte empregos isso é que poderemos ter em atenção que não são os vinte empregos que nos vão dar isso, é a quantidade do impacto que tem e enquadrar-se nestes princípios todos que defendo e que pelos vistos o Executivo, às vezes defende, não era o caso da “Socibeiral”, mas às vezes defende, e portanto é este o que defendi há oito anos, e há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quatro anos defendi isto e nós defendemos.-----

----- Acho que estão esclarecidas para o Partido Socialista os princípios e os pressupostos da proposta, a Autarquia defende em termos protocolares e jurídicos a questão, confiamos que não seja preciso nada disto, porque é fundamental que isto avance que é este o caminho que nós já defendíamos há quatro e há oito anos.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente, o Senhor Presidente bem pode continuar na sua senda de tentar fazer parecer que nós estamos contra o projeto, mas é que não estamos Senhor Presidente, nós estamos a favor do projeto e da redução de preço, não é de apoio, não existe apoio nenhum no regulamento do Parque Empresarial do Casarão, no regulamento de venda do Parque Empresarial do Casarão, existe a possibilidade de redução do valor fixado pela Assembleia Municipal, que neste momento é quinze euros por metro quadrado, numa proporção, numa percentagem para as empresas que gozem da declaração de interesse público municipal, portanto desde a formulação da palavra apoio, que estamos aqui a querer brincar com palavras, ficam muito bem politicamente, permitem aos populistas fazer os seu show off, à custa do trabalho de outros, porque aqui o mérito é da ABIMOTA, e a ABIMOTA vem pedir uma redução de preço, que é uma redução superior aquela que foi praticada em anos anteriores, em cinquenta por cento, essa redução de preço para interesse público municipal levava à prática do preço de um euro, eles vêm pedir que se pratique metade, e é isso que deve ser praticado, é esse o apoio que a associação pede, vimos o projeto, tem claramente mérito, merece esse reforço de apoio, lá está a tal palavra, e portanto faça-se a redução de preço para ir dar ao preço que é pedido pela ABIMOTA, que é cinquenta cêntimos por metro quadrado, de onde é que vêm os dez cêntimos por metro quadrado? É o Senhor a querer dizer que ainda é “mais papista do que o papa” que quer mais desenvolvimento do que a ABIMOTA, que gosta muito mais do desenvolvimento da inovação tecnológica do que os próprios que a promovem, isso é ridículo, vocês têm noção do ridículo?-----

----- Depois tem a questão da formulação, o Senhor Presidente, quando lhe convém, diz que os funcionários não lhe dão o apoio que o Senhor devia ter, depois quando lhe convém outra coisa, diz que afinal os funcionários são muito bons e confia cegamente, mas já ouvimos os dois discursos, basta ir a atas e procurar, há mesma pessoa com a mesma qualidade, umas vezes é cravo outras vezes é ferradura, consoante a conveniência. Senhor Presidente é evidente que os funcionários da Autarquia fizeram um excelente trabalho, o trabalho que aqui está espelhado é um trabalho excelente, mas mesmo os trabalhos excelentes podem ser melhorados, se esta Assembleia quiser, claro que esta é uma opinião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nossa, e nós não estamos aqui para dar a opinião do Senhor Deputado Humberto Moreira ou do Senhor Presidente da Câmara, nós estamos aqui para dar a nossa, na nossa opinião esta proposta já de si meritória tem algumas falhas e algumas coisas que nós não podemos compreender, então responsabilmente pusemos mão à obra e elaboramos uma proposta de melhoria, que é assim que faz quem age pela positiva, e então aquilo que estaria à espera é que no seguimento daquilo que prevê o regimento, fosse votada esta proposta de alteração do CDS e então seguisse a discussão normal da proposta, não é isso que está a acontecer tanto quanto me parece.-----

---- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acho que a proposta de alteração que aqui foi lida ficou perfeitamente explicita e é clara para todos os membros da Assembleia, se houver membros com dúvidas sobre a proposta devem então pedir esclarecimentos, se não, o Senhor Presidente passa à votação da proposta de alteração que nós apresentamos e escusamos de estar aqui a ouvir novamente o Senhor Presidente da Câmara a fingir que acha que nós não gostamos do projeto.”-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

---- “Senhor Dr. Miguel Oliveira, é só para lhe dizer que vai ter que me ouvir mais uma vez, sabe porquê? Fez ali considerações acerca da minha pessoa, que sinceramente, deve estar a ver outra coisa qualquer, não eu, porque se tiver memória percebe perfeitamente que se algum dia existiram aqui erros de alguns técnicos, quantas vezes eu os calei, e assumi naturalmente, como é o meu papel, a responsabilidade.-----

---- Hoje disse-lhe aqui uma coisa muito simples, esta proposta foi ponderada, está bem instruída, foi vista e revista, portanto que não haja dúvida nenhuma, a legitimidade para ser dez cêntimos ou cinquenta é igual.-----

---- Há aqui uma coisa clara e que também não tenha dúvidas nenhuma, este projeto da ABIMOTA é excelente, não tenha dúvidas, e é da ABIMOTA, o Município de Águeda apoia, e apoia como? Até ao limite que pode apoiar nesta pretensão, sem dúvidas, sem qualquer espécie de nada, perentoriamente, apoiamos, temos que vender, pronto, vamos vender pelo mínimo valor possível, é só isto que está em causa e não tem mais nada.”-----

---- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

---- “Senhor Deputado Miguel Oliveira de facto a proposta foi apresentada, ainda assim, deixei avançar nas intervenções, porque seria sempre uma forma de discutir a própria proposta trazendo algo de novo, entretanto depois antes de a colocar à votação, mas de forma agora mais concreta, a proposta tem que ser obviamente discutida e tem que ser colocada à votação, a discussão foi avançando e a minha pergunta é se alguém mais tem algum esclarecimento que queira sobre a proposta antes de a colocar à votação?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Colocada à votação, a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS foi rejeitada com dezoito votos do Juntos por Águeda/PSD/MPT, duas abstenções, uma do Grupo Municipal do PS e outra do Deputado Independente.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca do ponto 3.7, da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com sete abstenções, uma do grupo Municipal do PS, cinco do Grupo Municipal do CDS e uma do Deputado não inscrito, a proposta da Câmara Municipal para declaração de interesse público e definição de preços de venda de lotes do Parque Empresarial do Casarão para instalação do Centro de Tecnologia e Inovação/Abimota.-----

----- **3.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno intitulada Travessa do Marquinhos;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Trata-se um pequeno arruamento em Aguada de Cima, mais propriamente no Bairro das Almas da Areosa, este arruamento está todo ele circundado por terrenos que são propriedade de uma empresa, da “Macel”, davam acesso a uma casa que entretanto foi demolida, porque foi adquirida também pela “Macel” e neste momento não há dúvidas nenhuma do seguinte: para o Município e para a Freguesia não há qualquer utilização atual de interesse público, sendo desnecessário a sua manutenção para a circulação pública de pessoas e viaturas uma vez que não leva rigorosamente a lado nenhum.-----

----- A empresa “Macel” mostrou interesse em comprar a parcela de terreno para ampliar as suas instalações, inicialmente existiu um requerimento dirigido à Junta de Freguesia de Aguada de Cima, que concordou, solicitando a reversão do caminho, contudo tratava-se de um caminho público municipal, porquê? Porque tinha infraestruturas municipais, nomeadamente abastecimento de água à casa e tinha iluminação pública, portanto a competência cabe indiscutivelmente à Câmara Municipal e naturalmente só poderá fazer esta desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal tem que ser feito pela Assembleia Municipal, é isso que nos propomos, naturalmente está aqui subjacente o quê? Primeiro uma coisa que efetivamente já não tem qualquer interesse do ponto de vista da utilização pública, segundo, é absolutamente importante para uma empresa de Águeda que se quer expandir.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “A minha questão prende-se com o seguinte, no documento que tive oportunidade de ver, não esclarece se esta indústria é Tipo3 ou Tipo1, dado ser uma zona de reconversão, deixando de poder ser licenciada nova indústria e para privilegiar a habitação, coloco esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

questão porque no documento não esclarece se é Tipo1 ou Tipo3, para que não venha acontecer o mesmo que acontece no Casarão.-----

----- Em relação ao Casarão, há pouco não questionei, porque gostaria de saber se as avaliações e os pareceres que foram dados pelas entidades competentes foram antes ou depois da ampliação da mesma, dado que ela neste momento aumentou para o dobro.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Deputado Mascarenhas, é só para lhe dizer que a empresa é subjamente conhecida, é a “Macel” é uma empresa já bastante antiga em Águeda e as instalações dela também todos nós sabemos onde é que elas se inserem, estamos a falar de uma área que tem várias empresas juntas, diria que é uma zona industrial também.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “Senhor Presidente a empresa existe há muito tempo, mas qualquer ampliação que seja feita carece de licenciamento, e dado estar inserida numa zona de reconversão esse licenciamento, da mesma forma que no Casarão foi feito, é importante perceber se é Tipo1 ou Tipo3? Conheço a empresa, mas não sei se ela é Tipo1 ou Tipo3, e se for Tipo1, à imagem das empresas do Tipo1 e do que diz o regulamento do PDM, é que não podem estar inseridas em zonas urbanas, como temos algumas cá em Águeda.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Deputado não sei se é Tipo1 se é Tipo3, sei que é a “Macel”, sei que ela está lá licenciada há imensos anos, sei que toda aquela área é preenchida por empresas, também sei, aliás sabemos que o processo de ampliação vai passar por escritórios, mas naturalmente a zona é uma zona de empresas, e volto a dizer, é bom que a “Macel” não feche e que não saia de lá.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Senhor Presidente, não era para intervir, mas há aqui uma pergunta que o Deputado António Mascarenhas fez que tem a sua razoabilidade, está estudado, o Senhor Presidente pode não saber, por mim é fácil de aprovar isto, agora, coisas que se passaram há vinte anos têm um contexto, coisas que se passam hoje, tem outro, é que se efetivamente aquilo é uma zona urbana não pode, seja a “Macel” sejam não sei quantas maceis, temos que arranjar outro tipo de solução, se houver, tentamos facilitar, porque se continuamos a ceder assim, assim, assim, meus senhores já esquecemos aquelas questões das ecologias, das alterações climáticas, desde que tenha lá uma coisa, seja encostado, tenha emprego, não sei quê, passa tudo.-----

----- Não é o caso certamente disto, a “Macel” é muito conhecida e tudo, não estou a ver qual é aquela rua, mas isso é simples, o que deixo aqui e não me importo de votar a favor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

logicamente, que o Senhor Presidente depois nos traga a informação, ou nos mande por e-mail a informação se é realmente Tipo1 ou se é Tipo3 e se está adequado ali uma situação urbana ou não, se não estiver adequado temos que arranjar solução, não vamos continuar a reproduzir coisas em que os erros já vêm do passado, temos que arranjar uma solução inovadora, ou senão houver solução não o fazemos, portanto votarei a favor condicionado e acredito que os serviços depois nos informarão disso, senão estamos a discutir esta hoje, qualquer dia é outra e não alteramos nada.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente não queria usar mais da palavra, mas tendo aqui as dúvidas que estão aqui presentes, entendo que devo procurar esclarecimento para o seguinte:-----

----- O que está em causa é a apreciação da desafetação do domínio público, não é o licenciamento, aquilo que compreendi do que li e posso ter lido mal, é que estamos a aprovar ou não a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno intitulada Travessa do Marquinhos, nós não estamos a aprovar o licenciamento industrial da empresa.-----

----- A Assembleia Municipal pode apreciar é a desafetação do domínio público, a Assembleia Municipal, a Assembleia de Freguesia não, é que está aí um documento, está a ver leio as propostas, de vez quando aparecem assim umas nulidades que são interessantes, como órgãos públicos a tomarem decisões sobre matéria que não lhes compete, mas lá está a Assembleia Municipal tem essa competência, e aquilo que nós estamos a fazer é exatamente saber se vamos desafetar do domínio público para o domínio privado municipal, é só isto.-----

----- Se não for apenas isto, por favor esclareçam-me, porque isto voto de cruz sim, se for outra coisa qualquer terei que ponderar.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “De facto o ponto é esse, e aquilo que se discute no ponto é esta, e a proposta é essa isso era claro desde o início, mas entretanto as respostas e as contra respostas foram levantando aqui algumas questões que entretanto deram origem a outras intervenções, clarificada a questão, mais alguém se quer inscrever para o ponto?-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “ Senhor Presidente só um instantinho, se me permite.-----

----- Há aqui uma questão que é o seguinte, indiscutivelmente a pergunta foi um bocado descontextualizada porque não é o caso, porquê? Nós temos que estar todos tranquilos por uma razão muito simples, o que quer que se venha a fazer futuramente, na parcela, tem que ser licenciado. Não é disso que estamos a tratar, nós estamos a tratar neste momento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

apenas e só de quê? Do sítio onde antigamente havia uma casa, uma casa que estava inserida e completamente rodeada por aqueles terrenos, e era só a casa, e era uma pequena casa que a empresa comprou e que já não existe, portanto o que é que acontece? Há um pequeno caminho que está ali a cortar o terreno que não serve de nada.-----

----- O que é que nós estamos aqui a fazer? Passarmos este terreno do domínio público municipal para o domínio privado municipal, para quê? Para que se possa vir a ceder, nós não estamos aqui a escamotear qualquer tipo de informação, a Câmara não quer lá ter nenhuma propriedade, ainda mais aquilo, que toda a gente percebe que é muito pouco.”-----

----- Peço desculpa por ter respondido à pergunta, porque não teria estabelecido estas confusões que não há razão se não tivesse respondido.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca do ponto 3.8, da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno intitulada Travessa do Marquinhos.-----

----- **3.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para assunção de competências no domínio da ação social, no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente penso que nem preciso de explicar, há um bocadinho já falamos deste assunto, é exatamente isso, é prorrogarmos até ao final deste ano a assunção deste tipo de responsabilidades, volto a dizer que tivemos há uns dias, uma reunião no Centro Distrital da Segurança Social, para este efeito, e naturalmente a exemplo do que acontece nas outras atividades, é tudo muito insípido.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Na minha opinião, a prorrogação justifica-se, tendo em atenção a situação do país, o governo e os atrasos todos, preocupa-mo-nos é com a situação diferente que é:-----

----- Gostaria de saber qual é o estado, neste momento, da carta social do concelho? Não se pode receber nada disto, não se pode planear, intervir, neste momento, em que estado está a carta social do concelho? Se está feita, se não está, se está encomendada, quando é que vamos fazê-la?-----

----- Outra situação, vi, até por contratações, ali pelo quadro do pessoal, que há neste momento um concurso para uma assistente social. Gostaria que me fosse informado quantas assistentes sociais têm nestes serviços sociais, portanto para verificar, e se acham que é do adequado para a receção das competências nesta área, certamente não acharão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ainda porque não há a carta social, portanto, o que é que nós queremos dizer? É que a carta social já devia estar feita há que tempos, porque não podemos prever, ainda por cima os concursos demoram tempo, sei que está a decorrer um concurso para uma assistente social, quantas assistentes sociais estão nesta área? É uma pergunta que gostaria de fazer, se não pensam abrir já, de imediato, um concurso? Isso demora nove, dez meses e qual é o estado da carta social, em que estado está? Se está em construção ou vai elaborar-se?”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Senhor Deputado José Vidal, compreendo perfeitamente as questões que coloca, acho é que, também aqui, extravasa completamente o ponto, a proposta é para a prorrogação do prazo para assunção de competências no domínio da ação social, ainda assim, o Senhor Presidente agora, perante a intervenção do Senhor Deputado pode responder.-----

-----Senhor Deputado, estava a fazer esse introito para passar a palavra ao Senhor Presidente.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “ Senhor Presidente desculpe, mas não extravasa, se estamos a falar da prorrogação tenho que ter condições porquê a prorrogação?-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Senhor Deputado o Senhor foi o primeiro a responder o porquê da prorrogação, na sua intervenção disse, “compreendo, até porque na situação em que está o país”.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Compreendo, mas porquê da prorrogação? Nós podíamos dizer assim, “não”, e amanhã vamos recebê-las? Temos condições?-----

----- Desculpe já percebi, compreendo.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- E para que não passemos outra vez aqui a discutir uma coisa que depois, ainda que séria, possa ser infértil para aquilo que é a discussão do ponto, é só por isso, mais nada.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente;**-----

----- “A este tipo de questões naturalmente que não temos qualquer tipo de dificuldade até porque são assuntos da ordem do dia.-----

----- Nós estamos a tratar da reformulação da nossa carta social, e queria-lhe dizer que, neste momento, estamos a contratar três técnicas social, e temos um concurso a decorrer para uma vaga, esse concurso tem reserva de recrutamento por um ano e meio, o que quer dizer o quê? Esperemos ser bem sucedidos nas concorrentes, porque o concurso pode ter validade para além da vaga que existe.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca do ponto 3.9, da ordem de trabalhos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para assunção de competências no domínio da ação social, no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.-----

----- **3.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para a concretização da delegação Legal de Competências;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Trata-se de um acordo que fizemos em reunião de presidentes de junta com o Executivo Municipal também, face ao que se passou no país, nomeadamente a questão das eleições e o facto de não termos o orçamento de estado, entendemos ser prudente avançarmos com esta prorrogação, até junho, para quê? Para que depois possamos definir todos os acordos de execução e os contratos interadministrativos de delegação de competências já devidamente documentados com aquilo que serão as transferências do Governo para as freguesias e para o Município, portanto é esta a proposta de prorrogar nas mesmíssimas condições que trazíamos os acordos de execução, portanto que duraram e nas condições do anterior mandato, por este meio ano.-----

----- Depois dessas negociações que terão lugar, os acordos serão feitos naturalmente de acordo com a proposta que virá cá nessa altura, mas que se prevê e ficou acordado que terão efeitos retroativos.”-----

----- Não havendo intervenções acerca do ponto 3.10, da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de 2.ª prorrogação dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para a concretização da delegação Legal de Competências;-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente, muito brevemente, o Grupo Municipal do CDS, tal como ocorreu quando da primeira prorrogação, embora tendo dúvidas, entende que é do interesse superior da população, que esta proposta seja aprovada nos termos em que foi apresentada.”-----

----- **3.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para atribuição de apoio financeiro para 2022;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Estes dois pontos seguintes, tratam-se de situações diferentes, mas, diria que, sobretudo para os presidentes de junta muito iguais.-----

----- Nós fizemos reuniões com todas as Juntas de Freguesia, e aquilo que foi passado a cada uma foi, que no sentido de permitirmos o avanço de alguns trabalhos que estejam mais desenvolvidos e que não estejam em fase tão embrionários e muitas vezes até com falta de projeto, que estaríamos disponíveis para avançar desde já nesta Assembleia de fevereiro, para quê? De modo a que se possa ganhar esse tempo e que as juntas possam desde já trabalhar nestes projetos.-----

----- Queria-vos dizer que todas estas propostas na próxima Assembleia, em abril, vão continuar com novos projetos, com outras questões que nos vão chegar através das Juntas, portanto em nada iremos diminuir, bem pelo contrário, o financiamento das Juntas de Freguesia, portanto queria que entendessem estas propostas como coisas perfeitamente parcelares.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Só um esclarecimento, em relação ao protocolo do centro de saúde da Junta de Freguesia de Travassô, qual é que é o total, não sei se tem aí presente, o total da construção? Porque isto aqui, nós vamos neste momento passar mais...qual é o total?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Não sei de cor, mas sei aproximado”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Depois cria aqui uma situação, até agora aquilo foi construído sem fiscalização? O que aqui está é contratualização da fiscalização, portanto aquilo já está quase construído e agora é que vamos contratar a fiscalização? Ou a Câmara não faz fiscalização? O que é que é contratualização? A Câmara não tem recursos?-----

----- No contrato está aqui isso Senhor Presidente, vão contratar fiscalização, portanto não é feito pelos serviços da Câmara, é contratação externa? E não houve até ao momento?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “O Presidente com quem trata do contrato explica melhor, para não me enganar.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- Já agora uma questão para pensarmos que tem a ver com a parte regimental, até que ponto é correto os presidentes de junta que negociam protocolos, não estou a falar dos contratos interadministrativos e na delegação de competências, protocolos, negociam-os diretamente com a Autarquia, nesta Assembleia votem? Eles negociaram e votam-o-os para sua execução própria? É só a questão, quando nós temos a questão das associações, dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

impedimentos, se eu estivesse ali e fosse presidente de junta, nesta altura renunciava ao meu voto, por uma questão de coerência só.-----

----- A outra parte, gostaria que me esclarecessem, como é que vimos aqui contratar um serviço de fiscalização quando a obra está a mais de meio, quase a acabar.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor José Vidal, em questões regimentais é assim, os Presidentes de Junta são deputados por inerência da função, e o exercício dessas funções é no interesse das populações das suas Freguesias, eles virem depois aqui votar, pode assim de repente até, sem outro raciocínio mais elaborado, pode até parecer esquisito, mas no exercício do mandato deles, enquanto Presidentes de Junta, não conheço limitação nenhuma à votação, ainda que se discutam pontos por eles negociados, honestamente.”-----

----- **Sérgio Edgar da Costa Neves** – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- “Primeiro que tudo queria começar pelo fim, queria dizer que os Presidentes de Junta estão aqui porque foram eleitos para representar as suas freguesias e a sua população, e ao contrário de alguns eleitos aqui que não estão a representar freguesias, estão a representar todo o concelho, não estou aqui a fazer acusações nenhuma, às vezes elas a roçar o ridículo, como já aqui ouvimos hoje noutros episódios, mas estão aqui os Presidentes de Junta com direito de voto, para representar a população das freguesias, seja do alto da serra de Agadão, até lá baixo à Pateira, é isso que acabo de fazer, caso haja alguma dúvida.-----

----- Sobre a obra que o Senhor perguntou e questionou, nós temos trezentos a duzentos e dez mil euros previstos, trata-se do valor que falta até ao final de abril, para pagar fiscalização e o valor do contrato da obra que está a decorrer, trinta e cinco mil euros para obras do cemitério, e a obra no custo total tem cerca de trezentos e sessenta e nove mil euros.-----

----- A fiscalização está feita com uma empresa privada desde o início dos trabalhos, a empresa chama-se “Riportico”, pagamos aproximadamente dois mil e qualquer coisa euros, por mês, para que essa empresa assuma o acompanhamento diário que faz da obra e dos trabalhos e para uma coisa muito simples, porque a Câmara Municipal, quando passou para nós, os serviço da Câmara tinham muito trabalho, como têm hoje, e contratou-se privado para fazer esse acompanhamento, uma vez que não havia essa disponibilidade, portanto não existe aqui nenhum contrato feito agora, o contrato foi feito desde o início dos trabalhos, foi levado a concurso público, foi adjudicado, portanto toda a informação a Junta de Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira pode transmitir, portanto não irei permitir que se levante qualquer tipo de suspeição sobre isto, nomeadamente sobre a Junta e sobre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Câmara, porque mais transparência do que isto não pode existir, portanto está tudo explanado e tudo explicado, espero ter conseguido explicar.”-----

----- Não havendo mais intervenções acerca do ponto 3.11, da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias para atribuição de apoio financeiro para 2022.-----

----- **3.12 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias / União de Freguesias para 2022;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente é sensivelmente a mesma coisa, exatamente contribuído da mesma forma, a natureza dos trabalhos é que são diferentes, ser apoios ou contratos interadministrativos de delegação de competências, isto tem que ver, no fundo, se isto é competência própria do Município ou se é competência própria da Freguesia, mas naturalmente são obras propostas pelas Juntas.”-----

----- Não havendo intervenções acerca do ponto 3.12, da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias/União de Freguesias para 2022.-----

----- **3.13 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados em 2019 e 2021 com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e em 2021 com a Junta de Freguesia de Fermentelos;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Só para explicar que são contratos Interadministrativos que já foram celebrados em anos anteriores, que por impossibilidade das Juntas, em alguns casos falta de mão de obra, outros por projetos que por algum motivo não puderam andar, não andaram, e que estão agora em condições de prosseguir de imediato.”-----

----- Não havendo intervenções acerca do ponto 3.13, da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de adendas aos Contratos Interadministrativos celebrados em 2019 e 2021 com a Junta de Freguesia de Aguada de Cima e em 2021 com a Junta de Freguesia de Fermentelos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- 3.14 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio às Freguesias/Unões de Freguesias do Concelho de Águeda para aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos durante o ano de 2022;-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Trata-se das reuniões que fizemos com os Presidentes de Junta, ressaltou que neste início de mandato, é sentido por muitas das Juntas esta necessidade de, no fundo, se reequiparem ou beneficiarem os equipamentos que têm para o seu funcionamento, a última vez que foi feito foi em 2014 e aconteceu uma vez um programa idêntico, falou-se, e a Câmara foi sensível a este desejo, e fizemos, em 2014 tivemos uma dotação e a Câmara participou com cinquenta por cento do valor dos equipamentos, aqui estamos a ir um pouco mais longe, e estamos a ir até setenta por cento do valor da aquisição dos equipamentos.-----

----- Acho que é um instrumento muito requerido pelos Senhores Presidentes de Junta, e cá estamos, vamos agora dar-lhe corpo, são simplesmente orientações, porquê? Qualquer coisa que se decida no âmbito destas orientações há-de vir aqui para efetivação e consolidação pela Assembleia Municipal conforme o 75/2013 manda.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Segundo entendi aqui deste ponto, será distribuído pela Juntas de Freguesia sei que é trezentos mil euros, correto? O critério de atribuição é a proposta que chegar mais rápido até esgotar o plafond, não? Tudo bem, mas não é o que se percebe aqui, até esgotar os trezentos mil euros, se vier outra proposta a seguir...-----

----- Diga-me outra coisa, esta aquisição de veículos tem que ser paga com a propriedade do veículo em nome da Junta de Freguesia, com o documento da despesa, devem dar o adiantamento e depois quando for comprovado, é assim?-----

----- Quería perguntar se tem conhecimento de alguma situação em que as Juntas de Freguesia tenham comprado algum equipamento em *leasing*? Tem conhecimento? Segundo consta aqui no k, “*os pagamentos são efetuados após a celebração dos protocolos com as respetivas Juntas/Unões de Freguesia, mediante a entrega de documento comprovativo da realização da despesa com o apoio da aquisição de viaturas, a transferência de verba é efetuada na totalidade, mediante a apresentação dos comprovativos da aquisição e do registo de propriedade*” um *leasing* só tem o registo de propriedade no final, o *leasing* pressupõe um capital inicial - rendas e um valor residual, correto? A propriedade do bem só passa quando pagar o valor residual.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Deputado, percebo a questão que está a colocar, até nem é para mim, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

deixe-me só explicar, na locação financeira, o locatário, que é a empresa que celebrou o contrato com a financeira que vai financiar a aquisição, fica registado na propriedade o bem, fica igualmente registado, num ALD – Aluguer de Longa Duração de facto isso não acontece, aí estamos no âmbito quase como se fosse uma renda, pagamos uma renda pela utilização daquele bem. As figuras são meio parecidas e existem de facto algumas conotações onde elas se cruzam, até porque no final podemos exercer a opção de compra, quer numa quer noutra, com valores residuais, isso pode gerar confusão, mas se a sua questão tem a ver com a questão da proposta dizer, com a apresentação de registo de propriedade.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Não, com o comprovativo da despesa, só tem o comprovativo da despesa quando? Se ele está a pagar anualmente o *leasing*.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Julgo que o contrato *leasing* fará prova disso.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “ Prova disso não, não faz prova da despesa, só faz prova da despesa quando acabar de pagar.-----

----- Era só essa a questão que queria pôr, se não há documento comprovativo da despesa, porque o *leasing* ou outro contrato de longa duração, só acaba passado três, quatro, cinco anos, onde é que está o documento comprovativo da despesa para depois a Câmara poder ter justificação para pagar à entidade que faz.-----

----- Outra questão, imaginem que por exemplo, uma Junta de Freguesia não consegue pagar o contrato, como é que se resolve o problema? Devolvem o bem ou a Câmara paga? Uma pergunta que deixo, é que se a Câmara pagar está a pagar cem por cento do investimento e não só setenta, acho que faz sentido a minha pergunta.-----

----- Para já eram só estas duas questões.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente o que nós estamos aqui a aprovar são orientações para a distribuição de que como é que nós vamos fazer isto, ao contrário daquilo que o Deputado Mauro estava a dizer, nós definimos um prazo para a apresentação das candidaturas, as Juntas não são obrigadas a ir todas a esta possibilidade, mas estou convencido que irão, e vão-nos fazer as candidaturas, e naturalmente que têm esse prazo, atenção, pode dar-se o caso de findo esse prazo, os apoios da Câmara não atingirem os trezentos mil euros, aí manteremos até ao final do ano aberto até que cheguem, penso que não, porque isto é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

malta que naturalmente tem muitas ideias e procuram os meios para conseguirem essa capacidade que porventura falta os tais trinta por cento, e é assim.-----

----- A questão do *leasing*, desse ponto de vista, já noutras alturas aconteceu e nós conseguimos resolver satisfatoriamente, tenho uma nota aqui para dizer e que diz bem, nunca nenhuma Junta incumpriu, portanto diria que há aqui cenários que naturalmente em tese podem ser colocados, mas que nunca aconteceram, estou absolutamente convencido que não irão acontecer, se acontecerem cá estaremos para resolver, mas indiscutivelmente se deixarem de ter o bem, terão que ressarcir o apoio que tiveram, é da vida e toda a gente percebe que é assim, porquê? É no fundo a lei geral, os apoios que o Município entregue para um determinado fim, tem que haver prova evidente que esse fim existe, que o bem existe, e que se por qualquer motivo deixar de existir tem que estar muito bem justificado, e depois se naturalmente que se houver aqui algumas questões de dúvidas que têm a ver com as Juntas de Freguesia, há aqui uma tutela grande na Assembleia Municipal que estaremos sempre prontos para decidir, quando tivermos que decidir e houver alguma dúvida, penso que é tranquilo.-----

----- Só uma nota, queria dizer que a efetivação destes contratos de apoio à aquisição destes bens, cada um deles, depois individualmente vem cá, portanto neste momento o que é que Câmara está a dizer, está a pedir autorização à Assembleia para gastar trezentos mil euros e no fundo a deixar muito claro as orientações que vai tomar para quê? Para que ninguém fique aqui a pensar que vamos estar aqui a beneficiar uns em detrimento de outros, não, total equidade.”-----

----- Antes de passar à próxima intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que dado o adiantar da hora, nos termos do Regimento, tinha que perguntar à Assembleia se alguém se opunha a que se continuasse com a sessão por mais uma hora, tendo sido deliberado **por unanimidade aprovar** a continuação da sessão.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Ainda bem que está um bom humor na sala, quando se fala em coisas sérias é importante estarmos bem dispostos, e quando falamos de coisas sérias é que eu por acaso não fui eleito por uma freguesia, fui eleito pelo concelho todo, e a legitimidade é a mesma, e de fazer perguntas também é a mesma e de responder também é a mesma.-----

----- Tem aqui uma questão, esta questão que o Mauro colocou, não foi respondida pelo Senhor Presidente, foi respondida que sempre foi assim, o sempre aqui nesta Câmara, como noutras câmaras ou em qualquer Governo, ou em qualquer instituição, é um atraso de vida, o sempre é um atraso de vida, porque não melhora a situação, portanto o que solicito já, é que seja estudado isso Senhor Presidente da Câmara, pelos serviços jurídicos e se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

verifique se é possível ou não fazer esses tais acordos do Senhor transferir o dinheiro, mas traz-me aqui o parecer se é possível sem que seja feito o comprovativo da despesa, para evitarmos o sempre, se for possível continue-se a fazer, se não for temos que arranjar soluções, e aí é que é diferente Senhores Presidentes da Junta, aí só por ser Presidente de Junta só não vos dá vantagem de nada continuar a fazer sempre o mesmo que esteja errado, é que o que proponho, e já propus há vários tempos, quando cá estive, nos últimos quatro anos não estive, portanto já propus há mais de quatro anos, a alteração do modelo financiamento das Juntas de Freguesia, propus e era proposta nestas eleições do PS que os Senhores Presidentes de Junta planeassem, pensassem, a longo prazo, quais seriam as obras que queriam financiadas para não andarmos aqui à pressa, à lufa lufa, em fevereiro a tentar acabar as obras até novembro, teriam o seu financiamento, logicamente que depois aparecem mais umas ou outras, fariam os seus contratos com os seus empreiteiros ou quem as realizasse, no tempo que vocês planeassem ou conseguissem e não andavam aqui à pressa, para acabar até novembro, isto era uma mudança na perspetiva do Presidente da Junta planear, pensar e não fazer à pressa, só porque tem que ser este ano discutido o dinheiro.-----

----- A segunda mudança, esta questão dos setenta por cento Senhor Presidente, os setenta por cento favorecem quem? Favorecem as maiores Freguesias que tenham mais receitas e que tenham uma disponibilidade superior de dinheiro, nós não devemos favorecer, já o Governo o faz em muitas situações, a União Europeia também o faz em muitas situações, os mais ricos, os que têm mais posses, não, devemos criar estas estruturas para quem necessita, vou dar um exemplo, Macinhata precisa de uma máquina *xpto* que custa noventa mil euros, o Senhor dá-lhe só setenta mil e eles não conseguem ir buscar os outros trinta mil ou têm dificuldades em ir buscar esse dinheiro, porque não, perante outra coisa que nós também propusemos, mas que os Senhores não funcionam assim, querem criar o conselho de Presidentes de Junta, porque os Senhores discutem um a um e depois há uma reunião, não sabemos se todos sabem de tudo o que se passou em cada uma das Freguesias, e nós aqui na Assembleia temos que saber tudo o que se passa no Concelho inteiro, portanto também nas Freguesias, mudar nesse ano, a Câmara em vez de dar os setenta por cento, dá os cem por cento a Macinhata porque ela precisa naquele ano, no ano seguinte poderá ser outra, isto é uma visão do Concelho e não uma visão de onze pequenas lutas, cada um a precisar de fazer o mais rapidamente possível o que pode e o melhor possível, sem dúvida, já conheço muitos deles e nenhum deles estará lá para fazer mal, farão bem e dão muito de si às Freguesias onde estão há muitos anos, o problema é os procedimentos, o problema é fazermos sempre o mesmo, o problema é não alterarmos, era importante que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

esta dos setenta por cento tivesse aqui outra visão Senhor Presidente, outra visão, se for preciso pagar cem por cento numa determinada Freguesia, assumir isso mesmo, porque é preferível comprar uma máquina que custa cem mil, mas é boa, do que às vezes comprar uma mais barata, cinquenta mil, só porque não temos os trinta por cento, são questões de opção, ainda bem, devido ao trabalho também do Executivo que a nossa situação financeira é boa, portanto há uma possibilidade de isso, temos é que mudar a forma de planear, mudar a forma de financiar e deixarmos de andar em guerras de Freguesias ou em contratos de gabinetes, ou em conversas particulares em que pelos vistos, só o Senhor Presidente, e bem, conhece toda a realidade, quando os outros conhecem o de algumas Freguesia e de algumas outras conversas, não, este dinheiro, estes setenta por cento é bom, mas preocupava-me trazer aqui aqueles que precisarem de oitenta dá-se oitenta, aqueles que precisarem de cem, dá-se cem, porque não é uma competição entre eles é uma necessidade efetiva daquilo que eles vão apresentar, é esta visão que é a visão do concelho, também os Senhores Presidentes de Junta nem todos podem ter esta visão.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Compreendo as questões colocadas pelo Deputado Mauro, que as colocou bem, às vezes pelo adiantar da hora, começamos a relaxar também um bocadinho na disciplina que devemos ter de respeito para quem está a usar da palavra, isso acontece-me e penalizo-me por isso, mas às vezes o ruído até suplanta a voz de quem está a falar, que é uma coisa que não deve acontecer.-----

----- O que estou aqui a apreciar é a proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio às Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho de Águeda para aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos durante o ano de 2022, de que forma vão ser feitas essas aquisições, é assunto que não estou a apreciar aqui, portanto aquilo que nós temos de votar é isto, agora fez bem em colocar a questão que levantou que é pertinente e que certamente, uma vez que já foi aqui levantada terá de ser considerada, é pertinente a dúvida, os Senhores Presidentes de Junta, pelos vistos, sabem a resposta, certamente não se vão entalar, certo? Portanto era só isto que queria dizer, frisando que o Grupo Municipal do CDS vai votar esta proposta por aquilo que foi apresentado e submetido e não pelos procedimentos que venham a desencadear-se posteriormente.”-----

----- Não havendo mais intervenções acerca do ponto 3.14 da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de atribuição de apoio às Freguesias /Uniões de Freguesias do Concelho de Águeda para aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos durante o ano de 2022.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **3.15 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;**-----

----- “Senhor Presidente aqui na informação que enviou para a Assembleia Municipal e vou ler, “no dia dezasseis de fevereiro, o saldo existente na tesouraria é de cinco milhões quinhentos e noventa e quatro mil..., composto por caixa depósitos em instituições financeiras, depósitos a prazo? Depósitos à ordem? Este documento é apresentado pela Câmara, acho que devia estar aqui o que está em depósitos a prazo e o que é que está em depósitos à ordem.”-----

----- Segundo, os registos contabilísticos que à data descrevem-se da seguinte forma: empreiteiros seiscentos e noventa e oito mil euros, fornecedores, isto foi o que já compraram? É o que devem? O que é que está aqui? Nós olhamos para isto, não se entende, mas devia estar aqui escrito, a dívida a fornecedores e a empreiteiros é x, à data de dezasseis, acho que ficava mais correto, porque põe-se a dívida.”-----

----- Relativamente aqui à receita, está acima da média, há alguma razão específica? A receita está um bocadinho acima da média, três milhões e setecentos mil, para mês e meio, há alguma razão específica? Não há nenhuma razão, mas acho que deviam ter aqui mais discriminado, porque quem lê isto não compreende, também deveria aparecer aqui o que é que “clientes” devem à Câmara, também deveria aparecer aqui o que é adquiriram de imobilizado até agora, é uma informação financeira, há milhentas informações financeiras que se poderiam pôr aqui, não se pode pôr tudo, mas ao menos o que se ponha cá seja mais explícito, é só uma recomendação.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;**-----

----- “Exmo. Senhor Presidente, como não temos oportunidade de assistir às sessões do Executivo, gostaria de lhe colocar aqui uma questão:-----

----- Foi solicitada uma análise pela Câmara Municipal às obras de arte de engenharia civil do concelho de Águeda, nomeadamente às pontes existentes, cujo relatório foi emitido no dia onze, do cinco de 2021, por uma empresa de consultores externa, permitiu verificar o estado de conservação das pontes em Águeda onde foram identificadas várias situações de alerta em algumas destas pontes, gostaria de saber qual o ponto de situação de intervenção nas mesmas, dado que temos duas em estado crítico e sete em estado mau, algumas destas pontes com risco de queda de pessoas, outra com risco de queda de viaturas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

outras em risco de queda do pilar, para o mesmo propunha uma comissão de acompanhamento para esta situação.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Referiu no início da sessão que o relatório do Tribunal de Contas, tinha sido dada informação ao Tribunal de Contas e contrapostas aqui algumas questões, não foi assim? Percebi mal?”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Fui eu que disse, por informação do Executivo, obviamente.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Quería saber a qual destas alíneas do relatório é que foi dada mais informação ou que foi contraposta a informação? Se é que se pode saber.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “O que me foi dito não foi individualizada nenhuma das alíneas, também honestamente, não questionei, porque percebi que deverá de haver, ou deverá de haver uma nova notificação que é enviada diretamente ao Presidente da Assembleia, da qual serei conhecedor que irei novamente inseri-la na documentação para conhecimento dos Senhores Deputados, aliás, até porque, a notificação é exatamente nesses termos, tenho que dar conhecimento aos grupos partidários do concelho, e só por esse motivo não questionei mais, não valia a pena, há-de vir, havemos de falar sobre isso, foi isso.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Quería só referir que neste relatório está aqui um ponto, que já foi várias vezes debatido aqui, muito exaustivamente pelo Grupo Municipal do PSD, antigamente que é: observar maior rigor na elaboração dos orçamentos municipais.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Depois, nessa altura, iremos analisar isso e terão oportunidade de colocar as questões todas.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Esclarecer rapidamente, primeira questão, só para dizer ao Deputado Mascarenhas que pode assistir às reuniões de Câmara, o Senhor e qualquer Município do concelho de Águeda, o que não acontece noutros sítios, aliás, na maior parte dos outros concelhos, porque não podem, na maior parte dos outros concelhos não podem assistir a todas as reuniões, e podem começar aqui logo à nossa volta. Quería só dizer-lhe isso.”-----

----- Pontes, a única coisa que quisemos dizer aqui, é o seguinte e que era importante dizer: é que esta inspeção, foi a Câmara Municipal que tomou a iniciativa de a fazer, para quê? Para termos uma base de dados completa acerca do estado das nossas obras de arte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todas, portanto pontes, viadutos e tudo o resto, nos trezentos e cinquenta quilómetros do concelho.-----

----- Aquilo que não acontece, também, já agora, na maior parte dos municípios, foi uma iniciativa, diria que uma iniciativa nova que nós tomamos, e atenção, nasce exatamente da preocupação que nós temos com o estado dessas coisas, e até aí, diria que falta de acompanhamento e até mesmo desconhecimento, é esta a situação, portanto a preocupação pelo estado das obras de arte e sobretudo pela segurança das pessoas e bens, começou exatamente connosco, portanto a única coisa que queria dizer-lhe é que exatamente nessa linha de pensamento, nós estamos completamente tranquilos e a acompanhar todas estas situações no sentido de quê? De as ir resolver, e estamos a resolver, já resolvemos algumas.-----

----- Queria também dizer que este relatório é de dois mil e vinte e um, mas a inspeção, conforme na altura tivemos possibilidade de a noticiar, foi-se fazendo e à medida que íamos detetando algumas situações críticas, fomos intervindo, porquê? Porque era exatamente esse o objetivo.-----

----- Atenção, estamos a preparar a intervenção numa série de pontes, agora muitas delas precisam de projetos, análise profunda mais do estado e projetos, nomeadamente algumas destas pontes precisaram de intervenção e abordagem complementar, porquê? Porque naturalmente a inspeção que nós contratamos, só se aplica a tal inspeção mais exaustiva nos locais onde os problemas foram detetados e poderiam ter naturalmente alguma extensão e alguma gravidade e sobretudo alguma complexidade, é isso que nós estamos a fazer, e estamos a trabalhar muito bem nisso.”-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz** – PS;-----

----- “Senhor Presidente apenas por uma questão formal, mas como possivelmente isto depois a nível de Regimento ficará naturalmente determinado, mas como será, no fundo o primeiro documento desta Assembleia Municipal que sairá, entendi que seria agora de referi-lo.-----

----- Penso que a denominação correta para as pessoas que não fazem parte de nenhum grupo municipal deve ser deputados não inscritos, à semelhança do que acontece na Assembleia da Republica, e não deputado independente, e deputado independente é, por exemplo, estou a olhar para o Grupo Municipal do CDS, a Dra. Olivia Passos que não é militante do CDS, mas está eleita pelo CDS, portanto propunha que fosse deputado não inscrito, como acontece na Assembleia da Republica.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “De acordo, as correções serão feitas Senhor Deputado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----
----- “Naturalmente isso passará por uma revisão do Regimento, porque neste momento a terminologia que é definida pelo Regimento é esta, portanto deve ser mantida.-----
----- Compreendo a sugestão que foi dada, mas até ser alterado, tem de ser mantido.”-----
----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----
-----”E nessa altura, vamos ver se é essa a denominação que lhe é dada”-----
----- E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos pela uma hora e vinte e oito minutos, do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: